

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

**GIULLIANE ARAUJO DE MACÊDO**

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
CANOAS-RS:**

**Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos**

**São Leopoldo**

**2021**

GIULLIANE ARAUJO DE MACÊDO

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
CANOAS-RS:  
Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas, pelo Curso de Especialização Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva

São Leopoldo  
2021

## **MIGRAÇÃO VENEZUELANA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM CANOAS-RS:**

### **Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos**

## **MIGRACIÓN VENEZOLANA Y ACCESO A POLÍTICAS PÚBLICAS EN CANOAS-RS:**

### **Retos y posibilidades para garantizar los derechos humanos**

Giulliane Araujo de Macêdo\*

André Luiz Olivier da Silva\*\*

**Resumo:** A pesquisa tem por objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela população venezuelana no acesso às políticas públicas no município de Canoas-RS e seus impactos para a garantia dos direitos humanos. Propõe-se a discutir os desafios que a população venezuelana enfrenta para acessar as políticas públicas em Canoas-RS e os consequentes impactos para a garantia dos direitos humanos. A metodologia utilizada foi a pesquisa empírica de campo por meio de questionários e entrevistas com representantes de entidades da sociedade civil e de uma amostra da população migrante/refugiada. Para responder ao problema proposto elencou-se 3 categorias: Demandas, Desafios e Enfrentamentos (Possibilidades) sendo possível verificar a ineficiência das Políticas Públicas nos acolhimentos e atendimentos das demandas trazidas pela população migrante/refugiada em Canoas- RS, acarretando problemas que colocam em evidência a inefetividade dos Direitos Humanos no contexto desse grupo populacional em Canoas-RS.

**Palavras-chave:** Migração Venezuelana. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

**Resumen:** La investigación tiene como objetivo analizar los principales desafíos que enfrenta la población venezolana en el acceso a las Políticas Públicas en la ciudad de Canoas-RS y sus impactos para la garantía de los derechos humanos. Se propone discutir los desafíos que enfrenta la población venezolana para acceder a las políticas públicas en Canoas-RS y los consecuentes impactos para la garantía de

---

\*Assistente Social e membro Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações- NEPEMIGRA da UFRGS. Voluntária na Associação de Integração Social- AINTESO, que atende migrantes e refugiados em Porto Alegre e região. Voluntária em projetos que atende migrantes e refugiados no município de Canoas-RS. Contato: [giulliane.snd@gmail.com](mailto:giulliane.snd@gmail.com)

\*\*Professor da Escola de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Professor dos Cursos de Graduação em Direito e Relações Internacionais da Unisinos. Coordenador do Curso de Graduação em Direito da Unisinos. Integra o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da Unisinos. Doutor em Filosofia (2013); Mestre em Filosofia (2009); Licenciado e Bacharel em Filosofia (2007); Bacharel em Direito (2007) pela Unisinos. Contato: [andreluiz@unisinos.br](mailto:andreluiz@unisinos.br)

los derechos humanos. La metodología utilizada fue la investigación empírica de campo a través de cuestionarios y entrevistas con representantes de entidades de la sociedad civil y una muestra de población migrante / refugiada. Para dar respuesta al problema propuesto, se enumeraron tres categorías: Demandas, Desafíos y Enfrentamientos (Posibilidades) que permitan constatar la ineficacia de las Políticas Públicas para acoger y atender las demandas planteadas por la población migrante / refugiada en Canoas-RS, generando problemas que resaltan la ineficacia de los Derechos Humanos en el contexto de este grupo poblacional de Canoas-RS.

**Palabras clave:** Migración Venezolana. Derechos humanos. Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da última década, a migração internacional vem aumentando significativamente e propondo novos olhares e ações aos diversos atores sociais envolvidos no sentido de compreendê-la como fenômeno multicausal. Os motivos e as circunstâncias são variados, no entanto, os mais recorrentes estão relacionados às crises econômicas, aos regimes políticos totalitários, aos conflitos armados, às perseguições políticas, à desigualdade e à pobreza extrema. Além disso, ainda estão expostos à xenofobia, ao preconceito e a políticas restritivas que criam barreiras físicas e sociais e obstaculizam o acesso a direitos.

Diante do cenário de agravamento de crises humanitárias faz-se necessária a criação ou ampliação de respostas políticas humanitárias e inclusivas que garantam a universalização e o acesso igualitário aos serviços públicos.

O presente trabalho tem como tema a migração venezuelana e o acesso a políticas públicas em Canoas-RS, abordando os desafios e as possibilidades para garantia dos Direitos Humanos.

Propõe-se a problematizar que desafios a população venezuelana enfrenta para acessar as Políticas Públicas em Canoas-RS e os consequentes impactos para a garantia dos Direitos Humanos. Tem-se por objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela população venezuelana no acesso às Políticas Públicas no município de Canoas-RS e seus impactos para a garantia dos Direitos Humanos.

As hipóteses aqui levantadas são que a população venezuelana enfrenta dificuldades para acessar as Políticas Públicas no município de Canoas-RS por: desconhecimento dos agentes públicos sobre os direitos da população migrante/refugiada; falta de materiais traduzidos que, entre outras coisas, dificultam

a comunicação e a fluidez dos serviços públicos; deficiente trabalho em rede e precarização das políticas que são responsáveis por burocratizar o acesso e distanciar a população migrante/refugiada de seus direitos; falta de vontade política dos governos que tende a invisibilizar a causa migratória e suas demandas.

A migração apresenta-se como um fenômeno social complexo permeado de variável e condicionamentos que muitas vezes, expõe as pessoas em mobilidade a violações de direitos humanos. Destaca-se que não se pretende esgotar as possibilidades de explorar essa temática, mas de estimular para que continue sendo um campo fértil para produção de conhecimento e proposições que colaborem para melhoria de vida dessa população.

O artigo foi organizado da seguinte forma: breve texto sobre o município de Canoas, cenário onde se desenvolveu a pesquisa em seguida discute-se a Migração - fenômeno multicausal, em que são abordados, entre outras coisas, os desafios postos aos novos fluxos migratórios internacionais. No subtítulo Migração Venezuelana, apresenta-se um breve contexto da realidade desse grupo no país. Foi considerado importante discutir também uma seção sobre as normativas legais e os direitos humanos afim de dar a conhecer algumas normativas legais que tratam da temática migratória, tendo presente, seus desafios e possibilidades para a garantia dos direitos humanos. E na seção Políticas Públicas - limites e possibilidades para efetivação dos Direitos Humanos é feita a discussão sobre a importância das Políticas Públicas como mecanismos que contribuem para operacionalização dos direitos, garantindo por meio do princípio da universalidade e acesso igualitário o respeito à dignidade humana.

A metodologia empregada foi da pesquisa de campo (empírica), caracteriza por seus objetivos como exploratória e a coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas aos atores sociais envolvidos. O recorte bibliográfico foi feito a partir de produções dos cinco últimos anos (2015-2020) e o recorte de nacionalidade (venezuelana) se deu pela atuação da pesquisadora junto ao atendimento de demandas espontâneas vindas desse público pela sua atuação profissional como Assistente Social, como voluntária em espaços de atendimentos de migrantes/refugiados e como membro de uma grupo de pesquisa sobre migração.

## 2 Conhecendo município de Canoas- RS

Canoas é o município mais populoso da região metropolitana, com 323.827 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010. Seu Índice de Desenvolvimento Humano-IDH é considerado alto e tem o terceiro maior PIB do estado. (CANOAS, [2019?]), (IBGE, 2010).

A economia de Canoas está baseada na indústria, comércio e serviços. No seu território grandes empresas nacionais e internacionais se instalaram além disso, a Base Área Militar e destaca-se também como polo educacional com universidades e diversas redes de educação.

Está situada estrategicamente, de modo que se torna caminho aos que se deslocam para capital(14 quilômetros) ou para ou para algumas cidades da região metropolitana via BR 116 ou pela BR 448 (rodovia do Parque)

Canoas convive com a BR-116, uma das rodovias mais movimentadas do país possuindo ao longo uma grande quantidade de bares e boates. Além disso, e cenário de grandes empreendimentos imobiliários, possui uma grande movimentação de cargas, trazendo considerado número de migrantes e populações de passagem.( CANOAS, [2017?], p. 191)

A divisão administrativa da cidade é feita por distritos ou quadrantes (ver anexo 01) e ali são organizados os serviços ofertados pelo município por meio das Políticas Públicas. (CANOAS [2019?]).

Em 2018, a cidade de Canoas acolheu migrantes/refugiados(as) venezuelanos(as) vindos de Roraima pelo Programa de Interiorização do Governo Federal, realizado em parceria com alguns Ministérios, agências da ONU e entidades da sociedade civil com o objetivo de deslocar parte da população venezuelana do estado de Roraima para outros estados/municípios a fim de oportunizar a inserção social e laboral dessa população. (ONU, 2019 a).

Segundo ONU(2019), o estado do Rio Grande do Sul recebeu 918 venezuelanos(as). O município de Canoas acolheu em seu território um total de 309 sendo, uma das cidades da região metropolitana que mais acolheu essa população segundo o site da prefeitura municipal. (CANOAS, 2019).

O município tem uma Diretoria de Igualdade Racial e Imigrantes que está vinculada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Social. Diante de tal contexto, Canoas pode se tornar uma cidade atrativa para pessoas em

mobilidade que buscam afastar-se de situações de violações de direito e conquistar uma vida com dignidade. No entanto, não se percebe ações específicas e, não se encontra nenhum tipo de dado no canais oficiais sobre essa população que reside no município.

Além da venezuelanos, também é possível observar muitos migrantes haitianos e senegaleses em diversos espaços da cidade sobretudo, nos bairros mais periféricos. Este é o cenário onde se desenvolveu a pesquisa, tendo presente a existência ou não de dados sobre a população migrante/refugiada e ou dos atendimentos das demandas por parte das Políticas Públicas.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Migração - fenômeno multicausal**

Migrar sempre foi uma atividade humana motivada por diversos fatores. No contexto das migrações internacionais contemporâneas, observa-se como fenômeno social complexo que envolve desigualdades socioeconômicas, violações de direitos humanos, bem como, discute concepções de estado de bem-estar social e globalização entre outros que provocam tensionamentos entre atores sociais envolvidos. A migração internacional requer a construção de respostas políticas humanitárias e efetivas para os(as) sujeitos em mobilidade e para as sociedades de acolhida.

[...] Característica fundamental que distingue as migrações internacionais de outros tipos de migração é, portanto, que elas implicam uma mudança do indivíduo entre duas entidades, entre dois sistemas políticos diferentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que as migrações internacionais são não apenas um fenômeno social, mas também inerentemente político. (REIS, 2004, p. 150).

Essa realidade chama a atenção do mundo e propõe novas reflexões e ações por parte dos organismos internacionais, dos Estados e da sociedade civil no sentido de compreender as migrações como um fenômeno multicausal, com demandas e particularidades que impactam nas políticas públicas e nos modelos de sociabilidade.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas - ONU, grande parte das pessoas em mobilidade se deslocam devido a crises econômicas, regimes políticos autoritários, conflitos armados, perseguições políticas, religiosas, pobreza extrema, desastres ambientais, entre outros. (ONU, 2019).

Conforme o Relatório Anual de Tendência Globais do ACNUR, cerca de 79,5 milhões de pessoas se encontram em alguma forma de deslocamento forçado em 2019, representando 1% da população mundial (ACNUR, 2020a). Neste sentido, a migração contemporânea revela também importantes expressões da questão social que desafia os atores sociais a compreender a relação da mobilidade com o modelo de acumulação capitalista.

Individual ou coletiva, a mobilidade humana contemporânea é motivada por diferentes circunstâncias e fatores ligados de algum modo a uma sociedade complexa, mais marcada pelos desequilíbrios socioeconômicos, pela violência e intolerância do que pelo respeito à igualdade e à dignidade humana. (MILESI e CARLET 2012, p. 77).

O agravamento da crise humanitária contemporânea, que é reflexo desse modelo econômico e sociopolítico excludente e por vezes desumanizador, expõe a dificuldade e ou a falta de vontade política dos Estados em oferecer respostas capazes de garantir o respeito aos direitos humanos daqueles e aquelas que estão em mobilidade.

Em geral, a expressão mobilidade humana abarca as migrações internacionais, compreendidas como a saída voluntária de uma pessoa (migrante) do território do seu Estado de origem, sendo sua motivação complexa e diversa, e os deslocamentos forçados, em especial o refúgio, que corresponde ao ingresso de uma pessoa (refugiado) em território distinto do seu Estado de origem. (VENTURA, 2015, p. 57)

O aumento do número de pessoas em deslocamentos forçados revela a importância de compreender o fenômeno para além de um conjunto de indivíduos com demandas específicas, mas como um convite aos diversos atores sociais a repensar modelos de proteção social capaz de garantir direitos a nacionais e migrantes.

A condição de migrante pode expor a pessoa a diversos fatores que a colocam em situação de vulnerabilidade, invisibilizam suas identidades, traços culturais e idioma.



Ser migrante ou refugiado, por si só, não significa ser vulnerável, mas a migração pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade, como as que são favorecidas pela exaltação da especificidade migratória, assim como acontece também onde se verifica a negação das diversidades que os sujeitos que migram levam consigo (LUSSI, 2015, p. 01)

O fenômeno migratório contemporâneo visto na perspectiva dos direitos humanos colabora também para compreensão da mobilidade humana como estratégias de desenvolvimento social, de cidadania e do enriquecimento cultural de uma nação, pois constroem outras formas de expressão, de relações e trocas interculturais que podem ser incorporadas no cotidiano das sociedades e torná-las mais plurais.

### **3.2 Migração Venezuelana**

A migração venezuelana acontece em um contexto turbulento de crise humanitária que obrigou diversas pessoas a deixarem seus lares e buscar ajuda e proteção em países vizinhos.

Trata-se do maior deslocamento de migrantes e refugiados na história recente da América Latina com uma estimativa de aproximadamente 4 milhões de venezuelanos vivendo no exterior, sendo que ao menos 3 milhões deixaram o país a partir de 2015 (MATTOS, 2019 p. 21)

Conforme aponta a Anistia Internacional (2018), o cenário na República Bolivariana da Venezuela estava permeado de manobras políticas autoritárias, irregularidades na destituição de cargos, uso excessivo da força contra manifestações, detenções arbitrárias, torturas e outros.

Foram observadas também sérias violações à liberdade de expressão e de manifestação, bem como a interferência do governo no poder judiciário e militar. Junta-se a isso, a escassez de alimentos e remédios, a desnutrição infantil, o aumento da inflação e a consequente declaração de estado de emergência em 2016 (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018).

Neste cenário de graves violações de direitos humanos, grandes fluxos migratórios se deslocaram para o Brasil via fronteira norte (Roraima), principal via de entrada no país. A chegada e permanência desse grupo impactou nos serviços públicos e nas relações sociais do estado que não dispunha de recursos para

absorver tal demanda. O programa de interiorização foi uma das estratégias utilizadas para esse fim. Segundo Mattos (2019, p. 24):

No programa os participantes são transferidos de Roraima para outros estados brasileiros recebendo acomodação, a sinalização de uma vaga de emprego, ou apoio para se reconectarem a amigos e familiares a fim de se integrarem as novas localidades de residência.

Diante do agravamento da crise na Venezuela e do aumento do número de pedidos de refúgio, o governo brasileiro, com o apoio de agências da ONU e de entidades da sociedade civil, formou um grupo de trabalho para prestar ajuda humanitária e atender à crescente demanda.

No sentido de garantir direitos dessa população é que órgãos responsáveis reconhecem que venezuelanos(as) estão sofrendo ameaças à vida, à liberdade e à segurança e, portanto, necessitam gozar de proteção internacional (Mattos, 2019).

Segundo dados da Organização Internacional para Migrações (OIM Brasil), 262.475 venezuelanos(as) se encontram em território nacional, dos quais 54% são homens e 46% mulheres. Com relação à regularização migratória dessa população, venezuelanos(as) 148.782 possuem registro de residência temporária, 102.504 venezuelanos(as) possuem solicitação de refúgio e 46.141 venezuelanos(as) são refugiados reconhecidos (OIM, 2020).

No município de Canoas-RS, local onde se dará a pesquisa, não foram encontrados dados quantitativos nos canais oficiais sobre a população venezuelana. No entanto, sabe-se que um grupo significativo chegou por meio do Programa de Interiorização em 2018 e permaneceu no município constituindo laços de pertença à comunidade, inclusive subsidiando a chegada de outros(as) venezuelanos(as) por meio da reunião familiar e outros fins.

[...] Aponta-se a necessidade da consolidação de uma resposta regional humanitária coerente e coordenada, capaz de salvar vidas e de extrair as melhores oportunidades possíveis desse fenômeno, beneficiando a população venezuelana em mobilidade quanto as comunidades de acolhida (MATTOS, 2019, p. 25)

### **3.3 Normativas legais e os Direitos Humanos**

Com o aumento da migração forçada no mundo, se faz cada vez mais necessário um modelo de proteção internacional robusto, que ofereça respostas

mais concretas para proteção e garantia dos direitos humanos das pessoas em mobilidade, tendo presente que tal fenômeno continua a ser constantemente criminalizado e visto como ameaça à soberania e identidade nacional, o que contribui para adoção de políticas repressivas e voltadas a securitização.

É neste campo de limites e possibilidades que os direitos humanos buscam se efetivar, garantido o direito a ter direitos sem qualquer tipo de discriminação como afirma o artigo 7 da Declaração Universal do Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Dados das agências da ONU apontam como principais causas dos deslocamentos forçados: o crescimento dos conflitos armados, perseguições políticas e religiosas, crises econômicas e desastres naturais. Esses eventos acabam por sujeitar pessoas a situações extremas em que se arriscam em perigosas viagens, expondo-se muitas vezes a ‘coiotes’, atravessadores e outras formas para tentar viver com dignidade fora desses locais de conflito.

O direito internacional trata de formas diferenciada migrantes e refugiados (as). Isso porque entende que os motivos que levam a migrar podem ser distintos, oferecendo inclusive, risco à integridade física e a própria vida da pessoa e seus familiares.

As pessoas em mobilidade se encontram entre dois sistemas: o que deixou e o que ingressou. Migrar, portanto, é um direito humano conforme parágrafo 2º, artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH: “Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. (NAÇÕES UNIDAS, 1948). No caso da migração, é bem complexo, pois lhe é garantido o direito de sair de seu território, mas não é garantida a proteção e acolhida no outro, ficando, portanto, à mercê da vontade e organização política dos estados-nação.

A situação de refúgio, no entanto, goza de proteção internacional devido a condição de risco ao qual a pessoa está exposta. Para ACNUR, refugiados são:

[...] pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações.

São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais. (EDWARDS, 2015)

O conceito de refúgio foi estruturado na Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados em 1951, em Genebra, no contexto dos pós Segunda Guerra Mundial, a fim de definir os direitos das pessoas que estivessem nesta situação antes de 1 janeiro de 1951. Diante do aumento de novas situações de refúgio no mundo após 1951, foi na criação do Protocolo de Nova Iorque em 1967 que, entre outras coisas, ampliou a proteção internacional sem limitação temporal. (EDWARDS, 2015).

Com olhar sobre América Latina e seguindo a necessidade de ampliar os conceitos e proteção com relação à situação de refúgio, é criada em 1984 a Declaração de Cartagena que inclui as violações de direitos humanos como condição para gozar do status de refugiado(a). Em sua 3ª terceira conclusão, refugiado são as pessoas que:

[...] tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (ACNUR, 1984)

Inspirado na Convenção de 1951, no Protocolo de Nova Iorque de 1967 e na Declaração de Cartagena de 1984, o Brasil, em 1997, promulga a Lei n. 9.474 – Estatuto dos Refugiados, imprimindo nesta normativa legal, sua capacidade de dar respostas a uma agenda de direitos humanos.

Ao considerar as graves e generalizadas violações de direitos humanos como condição para o status de refugiado(a), o estado brasileiro se compromete com políticas de proteção, acolhimento e inserção dessa população no corpo social.

Historicamente, o Brasil é conhecido como um país acolhedor e, segundo estudiosos, possui uma das legislações mais avançadas sobre refúgio. Isso não quer dizer que na prática isso aconteça.

Dados do Relatório Refúgio em Números do Comitê Nacional para Refugiados- CONARE aponta que o Brasil reconheceu 11.231 pessoas como refugiados. O ano de 2018 foi o ano em que mais o país recebeu solicitação de

refúgio, em grande parte devido ao aumento do fluxo venezuelano, o que atingiram a marca de 61.681 solicitantes de refúgio. (BRASIL, 2018).

A condição de refúgio escancara graves violações de direitos humanos a que estão expostos os sujeitos obrigados a sair de seus territórios. Violações que podem se dar desde o momento da saída, no trânsito e também, os acompanhar nos territórios onde se instalam.

No caso venezuelano, diante do agravamento da crise humanitária, fez-se necessária a proteção internacional. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR por meio da Nota de Orientação sobre considerações de Proteção Internacional para os Venezuelanos – Atualizada em maio de 2019, assim expressa:

[...] a segurança e a situação humanitária na Venezuela se agravou, causando que o fluxo de saída para países vizinhos, outros países da região e países mais longínquos alcancem 3,7 milhões de pessoas. Dada a deterioração das circunstâncias na Venezuela, o ACNUR reitera seu chamado aos Estados que recebem venezuelanos para que permitam o acesso ao seu território e destaca a importância fundamental de garantir o acesso aos procedimentos de asilo ou às medidas de proteção coletiva com as salvaguardas adequadas. (ACNUR, 2019).

Ainda da Nota, no intuito de garantir o direito internacional dos direitos humanos e subsidiar as respostas dos estados à questão do refúgio, o ACNUR dispõe de medidas de proteção mínimas como diz o número 7 :

- a) Legalidade: os requisitos e procedimentos para o acesso a tais medidas devem ser definidos e articulados em conformidade com a legislação nacional. O ACNUR conclama os Estados a garantir que as pessoas que se beneficiem dessas medidas disponham de um documento oficial que seja reconhecido por todas as autoridades governamentais.
- b) b) Acessibilidade: as medidas pertinentes deveriam ser acessíveis a todos os venezuelanos, independentemente da data de entrada no país de acolhimento. Isso significa que o requerimento para acesso a tais medidas não deveria gerar custos aos beneficiários, ou apenas custos mínimos, e que tais requerimentos sejam aceitos em diferentes localidades no território, garantindo-se que os custos de transporte não sejam proibitivos. Além disso, nem a entrada/presença irregular nem a falta de documentos de identidade devem ser vistas como razões válidas para se negar o acesso à medida.
- c) c) Acesso a direitos básicos: as medidas protetivas deveriam garantir de forma importante o acesso à serviços básicos e a direitos fundamentais alinhados com as Diretrizes do ACNUR de Proteção Temporária ou Acordos de Permanência . Esses direitos incluem: 1) acesso à saúde; 2) acesso à educação; 3) unidade familiar; 4) liberdade de circulação; 5) acesso à abrigo; e 6) o direito ao trabalho . Esses direitos deveriam ser garantidos de forma igualitária e não discriminatória. (ACNUR, 2019).

O discurso amplamente difundido que migrantes e refugiados são pessoas que trazem doenças, roubam empregos e são foras da lei, contribui para que estados adotem políticas mais restritivas à circulação desse grupo em seus territórios ao mesmo tempo que reforça a xenofobia e racismo na sociedade com relação a migração.

Constituição Federal de 1988 (CF88) neste sentido, é um marco legal importante para garantia de igualdade entre estrangeiros e nacionais.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...].(BRASIL,1988, art. 5).

O artigo 4 da CF 88 apresenta os princípios que regem as relações internacionais do país, com destaque aqui para os incisos:

- II - Prevalência dos direitos humanos;
- III - Autodeterminação dos povos;
- VI - Defesa da paz;
- VIII - Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - Concessão de asilo político. ( BRASIL, 1988)

Nestes incisos quer-se destacar a importância dos direitos humanos como orientadores das relações internacionais como um verdadeiro paradigma ético do arcabouço jurídico e das políticas que se estabelecem.

As normativas legais nacionais vêm caminhando para avanços significativos. Exemplo disso, a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017) que substituiu o Estatuto do Estrangeiro ( Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) que vigorou no país por 37 anos e abordava a questão migratória mais na linha da segurança nacional do que da perspectiva de direitos e que apesar dos vetos, é uma importante conquista no rol da garantia dos direitos humanos. No artigo 3 da Lei de Migrações, apresenta os princípios e regem a política migratória brasileira. Destacam-se os seguintes incisos:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI - acolhida humanitária;

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;  
 X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;  
 XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;  
 XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;  
 XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;  
 XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;  
 XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;  
 XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas. ( BRASIL, 2017)

Como já mencionado anteriormente, a legislação trata de formas diferente migrantes e refugiados. No Brasil, o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/97) reconhece como refugiado a pessoa que :

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;  
 II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;  
 III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 2017).

Com relação a condição Jurídica de Refugiado:

O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhe a obrigação de acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública.(BRASIL, 1997, art. 5).

E no artigo 6:

O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem. (BRASIL, 1997).

Apesar dos avanços, as normativas legais sobre a questão migratória ainda figuram como desafios muitas vezes até paradoxais pois, de um lado garante direitos e, de outro, é usada para restringi-los, imprimindo assim, a importância de avançarmos na construção de mecanismos de proteção mais alinhados com a agenda dos direitos humanos.

### **3.4 Políticas Públicas - limites e possibilidades para efetivação dos Direitos Humanos**

Tendo presente o aumento dos novos fluxos migratórios para o Brasil, é importante refletir sobre seus impactos nas políticas públicas, uma vez que é por elas que se materializam direitos e é facilitado o acesso a bens e serviços. Pensar políticas migratória vai além de estabelecer critérios e condições de entrada e permanência no país: é antes um esforço para a promoção da dignidade humana por meio do acesso a políticas e programas que considerem as demandas específicas dessa população.( LUSSE, 2015)

A complexidade do fenômeno migratório internacional convida o estado e a sociedade brasileira a novas formas de categorizar as migrações. Para isso, é necessário abandonar o modelo simplista que os compreende como um corpo estranho não pertencente ao território, para reconhecê-los como sujeitos integrantes da estrutura social. Obviamente é preciso recordar que o fenômeno migratório repercute diretamente nas ações dos estados e exige planejamento e ações no âmbito econômico, político e social para garantia do cumprimento da agenda dos direitos humanos e sociais.

Conforme Lussi (2015 pág. 136:) a condição de pessoa em mobilidade pode, por diversos fatores, colocar migrantes e refugiados(as) em situação de vulnerabilidade seja pela negação das diversidades ou pela exaltação das especificidades migratórias.

No entanto, é importante ter o cuidado para que a migração não seja compreendida um fardo a ser carregado pela política pública, mas como um fenômeno social importante a ser levando em conta na formulação, ampliação e avaliação de políticas de bem-estar social. Neste sentido, revisar as políticas públicas à luz da atenção a população migrante e refugiada contribui para alargar



não apenas o acesso a direitos, mas também a construção de uma cidadania mais inclusiva.

Para Lussi (2015), o país está aprendendo a construir respostas às demandas específicas dos migrantes e refugiados. Isso acontece à medida que os novos fluxos migratórios incorporam de forma mais evidente a sociedade e clamam por novas relações com os atores sociais.

Destaca-se que as políticas públicas brasileiras evidenciam a relevância dos direitos humanos na sua conceituação e aplicabilidade. Muito embora, ainda seja necessário superar alguns desafios como a focalização e fragmentação que dificultam fazer a interlocução com a universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos expondo ainda a fragilidade do modelo de proteção social.

Para Lussi ( 2015, pág. 01)

Políticas Públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade

Para avanços neste sentido, a atuação dos estados precisa sair da lógica de ações isoladas e emergenciais e começar a instituir-se como políticas universais e humanizadoras que atuem como verdadeiros mecanismos garantidores de equidade social, acesso a direitos, bens e serviços.

O fenômeno migratório impacta as políticas públicas sobretudo no que diz respeito a prestação eficiente de serviços e a universalização do acesso, uma vez que é por meio das políticas que se oferecem serviços essenciais à proteção e desenvolvimento da vida humana. Portanto, as políticas exercem o papel de materializar os direitos e de contribuir na qualidade de vida das pessoas.

Quando falamos em políticas públicas migratórias, estamos falando da ampliação das existentes e da criação de novas a partir de orçamentos, avaliação, consulta pública, uma vez que impactam em direitos fundamentais dessa população.

Dentre os muitos desafios advindo das demandas dos novos fluxos migratórios, está a exposição de fragilidades das políticas públicas que, ao não observar importantes lacunas, expõe os migrantes/refugiados a mais violações de direitos por causa das desigualdades não reconhecidas (LUSSI, 2015). Portanto, as demandas apresentadas necessitam ser mais aprofundadas, porque podem estar

apontando caminhos para novos modelos de proteção social, realmente efetivos e inclusivos.

As políticas públicas se apresentam como um dos mais importantes canais de acesso aos direitos humanos, pois viabilizam acesso aos serviços públicos como Saúde, Educação, Assistência Social e outros, que juntos podem garantir a população o mínimo necessário para a manutenção de suas vidas e conseqüentemente de sua dignidade.

As Políticas Públicas também se apresentam como um importante mecanismo de mapeamento da população migrante/refugiada, ofertando dados importantes que qualificariam as próprias políticas públicas no sentido de intervenções mais eficazes, avaliações mais precisas e investimentos mais acertados. Avanços nesta linha, ajudariam a construir estratégias políticas que aumente e melhore a produção de dados e conseqüentemente favoreça a proteção da população migrante/refugiada que se encontra em situação de vulnerabilidade muitas vezes, pelo própria condição de pessoa em mobilidade, que desconhece o idioma, cultura e até mesmo os direitos.

Sabe-se que a questão da mobilidade humana é responsabilidade de todos os atores que compõe a sociedade, muito embora, o papel da administração pública seja primordial, no sentido de garantir o acesso aos serviços públicos e a proteção social a todas as pessoas que residem em seus territórios. No entanto, observa-se que uma boa grande parte das demandas trazidas pela população migrante/refugiada é atendida pelas organizações da sociedade civil, que dispõem, em sua grande maioria, de corpo técnico mais qualificado, materiais traduzidos e experiência na temática migratória, além de intermediar o acesso entre a população migrante/refugiada e os serviços públicos.

Reforça-se a importância de atendimentos qualificados nas políticas públicas como algo que pode alterar significativamente a vida dessa população comprometendo acesso a outros direitos.(STEFFENS; MARTINS, 2016).

A importância do trabalho em rede, do trabalho interdisciplinar e a necessidade da intersetorialidade são essenciais para combater a fragmentação das políticas colaborando para garantir proteção e promoção social. Observa-se no cotidiano que grande parte dos agentes públicos não sabem se comunicar em outro idioma, mais difícil ainda, é fazer a mediação cultural e de sentido para que as pessoas que buscam os serviços se sintam seguras das informações dadas e

recebidas, reforçando assim, o compromisso com a garantia e ampliação dos direitos e com a melhoria dos serviços prestados à população.

Como consequência, observa-se hoje uma disfunção jurídico-administrativa que posiciona os governos locais na linha de frente das demandas resultantes da chegada e permanência de grupos populacionais importantes. Assim, o reconhecimento de direitos exige dos serviços públicos municipais, por sua proximidade à pessoa humana, uma adaptação à mobilidade humana contemporânea como um fato incontornável.(STEFFENS; MARTINS, 2016, pág. 276)

Em sua maioria, as políticas públicas têm em sua base conceitual a garantia dos direitos humanos e como princípios a universalidade e acesso igualitário, como demonstra os artigos da Constituição Federal de 1988 referentes a saúde, assistência e educação.

#### Na Política de Saúde:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.( BRASIL, 1988, art. 196)

#### Na Política de Assistência Social

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. ( BRASIL, 1988, art. 203)

#### Na política de Educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988, art. 205)

Apesar da legislação garantir tais direitos, na prática muitos brasileiros(as) não conseguem ter acesso qualificado e quando pensamos na população migrante/

refugiada essa situação tende a piorar devido as diferenças culturais, idioma e preconceito existente.

## **4 METODOLOGIA**

Nesta seção apresenta-se o planejamento da pesquisa, como se dará cada parte de seu desenvolvimento, os instrumentos e técnicas que foram utilizadas para obtenção dos dados e como esses foram organizados para se chegar ao objetivo proposto.

### **4.1 Delineamento**

A metodologia empregada no presente trabalho consiste no estudo a partir de pesquisa de campo (empírica) a partir da aplicação de questionários a atores sociais envolvidos com a migração venezuelana no município de Canoas-RS. A pesquisa proposta se caracteriza por seus objetivos como exploratória, que, segundo Gil (2002, p. 41), é aquela que:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tomá-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Com esse estudo pretende-se adensar a discussão, alargando considerações e aspectos sobre o tema, colaborando, dessa forma, para o aprimoramento de dados e despertando interesse em estudos futuros.

O estudo de campo, ou pesquisa empírica, é definido por Gil (2002, p.53) com as seguintes palavras:

[...] se dará por meio da análise de questionários e entrevistas serem realizadas a partir da realidade empírica dos(as) participantes com relação ao problema de pesquisa proposto e suas variáveis com o intuito de aprofundar tais questões. [...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. (GIL, 2002. p.53).

As principais vantagens do estudo de campo são assim descritas por Gil (2002, p.53):

Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa visto que os dados coletados possam apresentar as principais demandas, desafios e os possíveis enfrentamentos. Pretende-se, com isso, uma abordagem a partir da realidade experienciada pelos atores envolvidos no acesso às Políticas Públicas em Canoas-RS e como isso se apresenta no sentido de desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos.

#### **4.2 Procedimentos e instrumentos**

Para o desenvolvimento do estudo, foi feita a pré-seleção dos(as) participantes da pesquisa, levando em conta esses critérios: ser maior de 18 anos, alfabetizados e dispor dos meios eletrônicos para participar, garantindo que gozem de plena autonomia para participar ou desistir da pesquisa. Foi feito contato telefônico para explicar os objetivos e procedimentos a serem utilizados na pesquisa, lembrando os cuidados éticos implicados.

Para coleta de dados do estudo de campo (empírico) foram criados três questionários com perguntas abertas e fechadas para os diferentes atores envolvidos com a temática da pesquisa (uma amostra de migrantes/refugiados(as) venezuelanos(as); 01 representante da gestão municipal de Canoas-RS e 02 representantes de entidades da sociedade civil que atuam com o público migrante/refugiado em Canoas- RS). Esses 3 grupos de respondentes foram eleitos pensando na sua relação com a temática proposta: a população migrante/refugiada que é impactada mais diretamente com os serviços ou a falta deles; o representante da gestão municipal que tem a responsabilidade pela execução, fiscalização e avaliação das Políticas Públicas; e os representantes de entidades da sociedade civil que, muitas vezes, acabam absorvendo grande parte das demandas trazidas pela população migrante/refugiada do município.

Tendo presente as particularidades dos 3 grupos de respondentes, a pesquisadora utilizou procedimentos e técnicas distintas. Para a amostra de respondentes migrantes/refugiados(as) foi feito um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE e um questionário com perguntas abertas e fechadas (apêndice A). Com objetivo de estabelecer uma ponte linguística e de sentido com os(as) respondentes foi feita a tradução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (anexo 03) e do questionário (apêndice B) para o idioma espanhol.

Para os demais respondentes, foi feito um TCLE único em português conforme (anexo 02), porém os questionários são distintos para a gestão municipal (apêndice C) e para os representantes das entidades da sociedade civil (apêndice D)

A fim de validar os instrumentos de pesquisa, foram feitos pré-testes com possíveis respondentes para verificar a clareza nos objetivos, ou mesmo sugerir alguma alteração nos questionários. Para Gil (2002, p.119), o pré-teste “[...] está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir”. Foram enviados os questionários para 2 representantes dos migrantes, para os 02 representantes da sociedade civil e para assessoria da secretaria de Desenvolvimento Social do município de Canoas-RS.

A coleta dos dados aconteceu no mês de dezembro. A amostra pensada foi de 15 respondentes para migrantes/refugiados(as) venezuelanos(as), 1 para representante da gestão municipal e 2 para representantes das entidades da sociedade civil.

Os questionários foram formulados utilizando as ferramentas: Word e Google Formulário. Devido ao contexto de pandemia causada pelo COVID 19, a participação se dará de duas formas. Para a população venezuelana - por meio do envio do link (Google Formulário) por e-mail ou pelo aplicativo WhatssApp dos(as) participantes previamente contatados(as). Para iniciar, o participante precisa ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE que está incluso no formulário online e dar ou não o aceite marcando a opções: ‘Sim, concordo’ ou ‘ Não concordo’.

Para os(as) representantes da gestão municipal e das entidades da sociedade civil – os questionários foram encaminhados por e-mail e posterior entrevista virtual com a ferramenta (Google Meet), previamente agendada e organizada segundo a disponibilidade dos participantes.

Com relação a gestão municipal houve o aceite inicial, foram enviados todos os documentos referentes a pesquisa, Carta de Anuência, questionário, TCLE e até parte do projeto. A entrevista (Google Meet) chegou a ser marcada com a representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SMDS mas não foi efetivada. Apesar das muitas tentativas de contato (e-mail, telefone, pessoalmente) em busca dos dados, não foram obtidos retornos.

As informações colhidas na entrevista com as duas entidades da sociedade civil foram transcritas no questionário que foi enviado anteriormente aos participantes. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE de uma das entidades foi entregue pessoalmente ao(a) participante, observando os protocolos de cuidado e saúde. E o outro foi enviado por e-mail, assinado, escaneado e enviado novamente.

A ideia inicial da pesquisa era submetê-la ao Comitê de Ética da Universidade baseada na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos, observando o cuidado ético com os dados pessoais e percepções sobre o problema de pesquisa. No entanto, devido à demora no retorno da prefeitura e na recusa em fornecer os dados não se teve tempo hábil para responder as pendências sinalizadas pelo Comitê. Optou-se portanto, em seguir com pesquisa com demais atores selecionados, observando todos os cuidados éticos de uma pesquisa com seres humanos.

O recorte bibliográfico foi feito a partir de produções dos cinco últimos anos (2015-2020), principalmente por ser o período de maior fluxo da migração venezuelana para o Brasil. Foram pesquisados periódicos nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO usando como descritores “ migração” AND “ políticas públicas” e também “migração” AND “direitos humanos”. O recorte geográfico se deu primordialmente devido ao contexto da pandemia de Corona Vírus que obstaculizou contatos e possíveis deslocamentos para outros municípios. Neste recorte de território, optou-se por Canoas por ter acolhido um grupo significativo de venezuelanos(as) por meio do Programa de Interiorização do Governo Federal, sendo, segundo informações da prefeitura, a cidade da região metropolitana que mais acolheu a população migrante/refugiada. Além disso, é a cidade de residência e atuação profissional da pesquisadora, onde, supostamente, poderá mais facilmente observar e entrar em contato com os possíveis respondentes.

O recorte de nacionalidade (venezuelana) se deu devido a observação da pesquisadora com aumento de demandas espontâneas desse público em sua atuação profissional como Assistente Social, como voluntária em espaços de atendimentos de migrantes/refugiados e, recentemente, por sua inserção em um grupo de estudos sobre migração.

No primeiro momento da coleta de dados, a pretensão foi obter as diferentes percepções dos atores envolvidos sobre o tema proposto: com a população migrante/refugiada conhecer o perfil dos respondentes e a percepção sobre acesso às Políticas Públicas no município, desafios e possibilidades para garantir os direitos humanos; do representante da gestão municipal, obter dados sobre acesso da população migrantes às políticas públicas, bem como observar as lacunas existente e as possibilidades de ajustes e enfrentamento; das entidades da sociedade civil, pretendeu-se obter dados referentes as principais demandas e os desafios no atendimento dessa população. No segundo momento, foi feito o diálogo dos dados obtidos com estudo de campo com os aportes teóricos de modo a relacioná-los as normativas legais, aos impactos nas políticas públicas e seus possíveis rebatimentos para a garantia dos direitos humanos.

### **4.3 Análise dos dados**

Depois de coletados, os dados passaram pelo processo de análise qualitativa que, para Gil (2002, p.133) é “[...] uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação [...]”.

Durante o processo de organização e categorização, foram observadas as evidências que possam responder ao problema de pesquisa proposto, apontando também as principais semelhanças e discrepâncias dos dados.

A técnica escolhida para isso será a **Análise de Conteúdo** de Laurence Bardin que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).



Entre outras coisas, “é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (Bardin, 2011, p. 36).

Para organizar uma análise, a autora apresenta os seguintes passos: 1) pré-análise- que é sistematização de ideias; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011, p. 124).

Depois de levantadas e categorizadas as questões principais, será feita a sua relação com os achados bibliográficos das políticas públicas de modo geral, de algumas normativas legais e dos direitos humanos. Os dados confrontados com os aportes teóricos da pesquisa, com dados fornecidos por entidades da sociedade civil serão tratadas com respeito e cuidados éticos próprios da pesquisa, priorizando a integridade dos(as) participantes.

Durante esta fase, será feito um perfil da população migrantes/refugiada (amostra) que respondeu a pesquisa, a fim de conhecer parte dos atores que participaram desse estudo.

A pesquisa quer gerar discussões que podem vir a provocar transformações no modo como é pensado o acesso da população migrante às Políticas Públicas no município, a fim de serem políticas inclusivas, humanitárias e garantidoras de Direitos Humanos.

## **5 RESULTADOS**

A Pesquisa iniciou a partir do interesse em discutir os principais desafios enfrentados pelos migrantes/refugiados(as) venezuelanos para acessar as Políticas Públicas em Canoas-RS e os possíveis impactos diretos e indiretos na garantia dos Direitos Humanos dessa população.

Por meio da pesquisa de campo (empírica), foi feita a coleta e a análise dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Os atores que participaram (representantes da Sociedade Civil e amostra de 13 migrantes/refugiados(as)) ajudaram a aprofundar a temática proposta, uma vez que estão diretamente ligados à realidade pesquisada.

Cabe destacar que não foi possível a obtenção de dados pela gestão do município de Canoas, no entanto encontra-se no apêndice (C) o questionário enviado, no apêndice (E) a Carta de Anuência e no anexo 01 o TCLE, enviados

durante a realização da pesquisa. Foram muitos contatos por e-mail, ligações, reuniões desmarcadas e idas presenciais que entre outras coisas, reforçando a hipótese de falta de vontade política do governos em discutir a questão migratória.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram dados os seguintes passos:

1. Coleta das principais informações e sistematização em quadros com as principais respostas contribuem para discussão do problema de pesquisa;
2. Elaboração do perfil da amostra dos (as) respondentes migrantes/refugiados(as) por meio de gráfico;
3. Apresentação das principais respostas das amostra da população migrante/refugiada que ajudam na problematização da pesquisa.

### 5.1 Das entidades da sociedade civil

Dos questionários enviados para as Organizações da Sociedade Civil, foram obtidas a totalidade das respostas. Participaram da pesquisa duas entidades aqui foram denominadas de OSC 01 e OSC 02 que atuam no município de Canoas com atendimento das demandas da população de migrantes/refugiada. São entidades que atuam há mais de 1 ano com essa população e estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando os dados obtidos por meio dos questionários e entrevistas feitos com as entidades, foram selecionadas as perguntas e respostas mais relevantes e organizadas em forma de quadros estruturados, de modo a contribuir mais especificamente nas respostas ao problema dessa pesquisa.

Quadro 1 - Ações e/ou projetos que são realizados pela instituição

Instituição	Respostas
OSC 01	Projeto Acolher – cadastro, currículo, documentos em geral, encaminhamento para política públicas (saúde, educação, assistência social, jurídica, etc.); Projeto Comunicar – aulas de português em 3 níveis (básico, intermediário e avançado), com apostila impressa, lápis, caneta, borracha; Projeto Integrar – palestras, workshop, rodas de conversas, eventos culturais e sociais, etc; Projeto Capacitar – cursos profissionalizantes, oficinas; Projeto Prover – doação de: alimentos, produtos de higiene, roupas, calçados, cobertores, utensílios de cozinha, móveis em geral.

OSC 02	Proporcionando aos migrantes e refugiados atendimento de acolhimento, aulas de português, assessoria jurídica, trabalhando a situação de vulnerabilidade social, oferecendo oficinas profissionalizantes para facilitar o acesso ao mercado de trabalho formal e informal e, assim, exercer plenamente a cidadania, ter autonomia, sustentabilidade e contribuir para melhorar as condições socioeconômicas de suas famílias. Realizamos visitas domiciliares, avaliação socioeconômica, encaminhamento da cesta de alimentos como também dos móveis e utensílios para a casa. Encaminhamos para o CRAS para inclusão no programa Bolsa Família e Programa de Aquisição de Alimentos.
--------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Constata-se, de forma geral, que os projetos e/ou ações executados pelas instituições vão ao encontro de suprir direitos e necessidades básicas da população migrante/refugiada como: alimentação, roupas, calçados, móveis e utensílios, comunicação e encaminhamento para emprego. Além disso, atuam como mediadores entre estes grupos e as Políticas Públicas municipais.

Quadro 2 - Principais demandas

Instituição	Respostas
OSC 01	Regularização de documentos, busca por vagas de emprego, fome e moradias precárias com falta de móveis e utensílios necessários, mulheres gestantes, etc.
OSC 02	Encaminhamento para emprego, confecção do currículo, Assessoria Jurídica, legalização da documentação e inclusão das crianças para a escola infantil, falta de inclusão nas Políticas Públicas (idioma) impede acesso a alguns direitos.

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto as principais demandas trazidas as entidades, a busca por emprego e regularização da documentação aparecem em ambas as respostas, sinalizando-a como significativas demandas dessa população e que podem ter uma intrínseca relação uma vez que, para acessar o mercado de trabalho brasileiro é necessário ter alguns documentos específicos. As demandas como alimentação, moradia e educação incidem diretamente em direitos preconizados nas Políticas Públicas sobremaneira pelo seu viés protetivo, centrado nos direitos humanos. Foi apontado também, o idioma que pode ser um importante mecanismo de acolhimento ou um obstaculizador do acesso aos direitos.

Quadro 3 – Identificação das Políticas Públicas necessárias

Instituição	Respostas
-------------	-----------

OSC 01	Sim. CRAS para Cadastro Único, Bolsa Família, saúde (UBS, UPAS e Hospital), educação (creches e escolas).
OSC 02	Inclusão nas universidades, necessidade de validação do diploma. Falta um atendimento específico para os migrantes e refugiados nas políticas públicas, assistencial social, saúde, moradia (tem muita gente morando na mesma casa), falta de atendimento na rede de serviços do município.

Fonte: Elaborado pela autora

O destaque para trabalho em rede das Políticas Públicas de Saúde, Educação e Assistência Social como mecanismos de materialização dos direitos humanos fundamentais.

Quadro 4 – Principais desafios para o atendimento das demandas

Instituição	Respostas
OSC 01	A criação de uma rede pública/privada que trabalhasse em conjunto com as Organizações Sociais para o fortalecimento dessa rede e avanço no atendimento das demandas.
OSC 02	Falta a inclusão das famílias de migrantes e refugiados por parte dos órgãos públicos. Por exemplo: escola infantil, inclusão ao mercado de trabalho, serviço de habitação, ainda existe trabalho escravo e muitos direitos são violados.

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se a necessidade da articulação e/ou fortalecimento de uma rede com diversos atores para discussão e encaminhamento das demandas migratória no município. A invisibilidade da realidade migratória pode contribuir para que essa população fique sujeita a violações de direitos e a situações de exploração (trabalho análogo à escravidão) e requeira atendimentos de alta complexidade.

Quadro 5 – O que você considera importante para garantir os direitos da população migrante/refugiada e o acesso qualificado às Políticas Públicas no município?

Instituição	Respostas
OSC 01	Seria uma ação em rede: prefeitura, organizações sociais e pessoas físicas que se empenham em ajudar os imigrantes. Unir as forças e trabalhar com mais eficiência.

OSC 02	Acolhimento do ser humano de ir e vir valorizando sua profissão. A dificuldade do idioma é um dos entraves. Para o melhor entendimento e encaminhamento na rede, os órgãos públicos deveriam pensar em ter um local adequando com intérprete para essa população.
--------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Para o acesso qualificado às Políticas Públicas destaca-se a importância do trabalho em rede e de mediadores culturais que façam a ponte linguística e de sentido em alguns serviços públicos essenciais. Mesmo que no município exista uma Diretoria de Igualdade Racial e Imigrantes, ligada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Social, não se observa nenhuma parceria, dados ou ações que sejam conhecidas pelas entidades. Pode estar sinalizando a importância da criação de um Comitê formado pela sociedade civil, governo e representante dos migrantes que possa discutir as demandas e incorporá-las as políticas municipais de forma planejada e representativa.

#### Quadro 6 – Identificação/encaminhamento de casos de violação de direitos humanos

Instituição	Respostas
OSC 01	Já atendemos casos de violência contra a mulher, denúncia na delegacia da mulher, medida protetiva, abrigo, acompanhamento no Centro de Referência da Mulher Patrícia Esber- Canoas. Um menino haitiano de 16 anos fugiu de casa, alegando ser maltratado pela mãe. Acionamos o Conselho Tutelar, e em uma audiência o menino não queria ficar com a mãe, nem a mãe queria ficar com o filho. Foi encaminhado para um abrigo municipal, onde será acompanhado para os estudos, profissionalização, e quando completar 18 anos sairá do abrigo.
OSC 02	São encaminhados para os órgãos públicos competes nas três esferas de governo municipal, estadual e federal, o nosso parceiro é o CIBAI Migrações (Centro Ítalo-Brasileiro de Instrução e Assistência a Imigrantes), a Defensoria Pública e a Assembleia Legislativa onde existe um trabalho de Direitos Humanos.

Fonte: Elaborado pela autora

A falta de uma rede organizada e de um mapeamento dessa população dificulta o atendimento e encaminhamento das demandas. Essa invisibilidade pode ser responsável por aprofundar a violação de direitos, transformando demandas simples não atendidas em demandas complexas, requerendo mais ônus ao aparelho público. Em outras palavras, as demandas simples não atendidas podem se agudizar e se transformar em demandas complexas que requeiram serviços de alta complexidade.

Quadro 7 – Percebe interesse do município em atender as demandas da população migrante/refugiada?

<b>Instituição</b>	<b>Respostas</b>
OSC 01	Muito pouco, não é política pública, mas através da Secretaria de Desenvolvimento Social recebemos algum apoio.
OSC 02	Pouco interesse em atender esta demanda. Ela é atendida quando existe uma intervenção do técnico da instituição para outro órgão público, por exemplo, o CRAS.

Fonte: Elaborado pela autora

Falta de interesse político sobre as demandas migratórias, ações pontuais e emergenciais colaboram para a não inserção da temática na agenda das Políticas Públicas municipais de forma efetiva. Resposta disso está na falta de informação dos agentes públicos sobre a realidade migratória e sobre os direitos dessa população. A entidade da sociedade civil são as mediadoras entre a demanda do migrante e o acesso às políticas públicas.

Quadro 8 – Como é feita a ponte linguística nos atendimentos à população migrante/refugiada na instituição?

<b>Instituição</b>	<b>Respostas</b>
OSC 01	[...] Ninguém deixou de ser atendido pela barreira da língua. Com os imigrantes Venezuelanos já foi bem melhor a comunicação em Espanhol.
OSC 02	Na nossa instituição existe uma pessoa que faz parte de equipe técnica que faz a ponte linguística.

Fonte: Elaborado pela autora

Constata-se a importância da mediação cultural ou intérprete para oferecer acesso mais qualificado aos serviços uma vez que, além da aproximação com idioma, faz também a ponte cultural e de sentido para que migrantes/refugiados possam ter garantido um atendimento humanizado e igualitário, compreendendo as informações dadas e recebidas. As organizações da sociedade civil estão melhor preparadas porque em suas equipes técnicas ou de voluntários, existem profissionais que compreendem outros idiomas, dispõem de material traduzido e buscam parcerias nacionais e internacionais para dar um suporte de qualidade aos migrantes/refugiados.

Quadro 9 – Que sugestões teria para a melhoria do atendimento da população migrante/refugiada no município de Canoas?

Instituição	Respostas
OSC 01	Seria criar um acolhimento em rede no município, saber as necessidades, investir em cursos profissionalizantes, empregabilidade, etc. Deveria ter um abrigo onde os imigrantes que chegam tenham um lugar para ficar (temporariamente) até conseguirem se estruturar e não precisar dormir na rua como muitos casos que conhecemos.
OSC 02	É importante ter um programa específico ao migrante/refugiado onde possa ser entendido conforme seu idioma e ser encaminhado na rede de atendimento como na habitação, saúde, assistência social, educação, qualificação profissional e avaliar seu diploma junto às universidades. Ter políticas públicas referentes aos migrantes.

Fonte: Elaborado pela autora

Nas sugestões das entidades reforça-se a criação de uma rede de acolhimento e trabalho que seja capaz atuar em conjunto com as Políticas Públicas no sentido de garantir a diminuição dos riscos e vulnerabilidade social a que estão expostos migrantes/refugiados que não possuem uma rede familiar, emprego, moradia e qualificação profissional por meio da revalidação de diplomas.

Quadro 10 – Como percebe que as ações da instituição contribuem para a garantia dos direitos humanos da população migrante/refugiada?

Instituição	Respostas
OSC 01	A instituição se propõe a olhar o imigrante como ser humano, respeitando sua cultura, escutando suas demandas, acolhendo com atenção e carinho a todos. Comunicação: aulas de português; documentação: CPF, carteira de trabalho, requerimento e agendamento na polícia federal para solicitar a Carteira de Identidade de Estrangeiro, traduções; confecção de currículos vitae; palestras: Saúde e bem estar, Direitos, Cidadania e Empregabilidade; acompanhamento de gestantes para consultas de pré-natal, nascimento e consultas mensais com o pediatra; doações de itens básicos à sobrevivência (roupas, alimentos, móveis, etc); acompanhamento em problemas graves de saúde, acompanhando e lutando para que seja atendido da melhor maneira possível.
OSC 02	Percebemos através do acolhimento, da orientação e esclarecimento como também os encaminhamentos para o emprego, eles dão o retorno para a instituição ou também dão o retorno que não foram atendidos. Percebemos o interesse pelos direitos e pelas Leis brasileiras e uma busca ativa pelos Direitos Sociais.

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se que a sociedade civil está melhor organizada para atuar no atendimento das demandas dos migrantes, viabilizando atendimento e

acompanhamento de qualidade a essa população. Faz-se necessário que a gestão municipal também qualifique os atendimentos por meio do compromisso das Políticas Públicas com a garantia e acesso aos direitos.

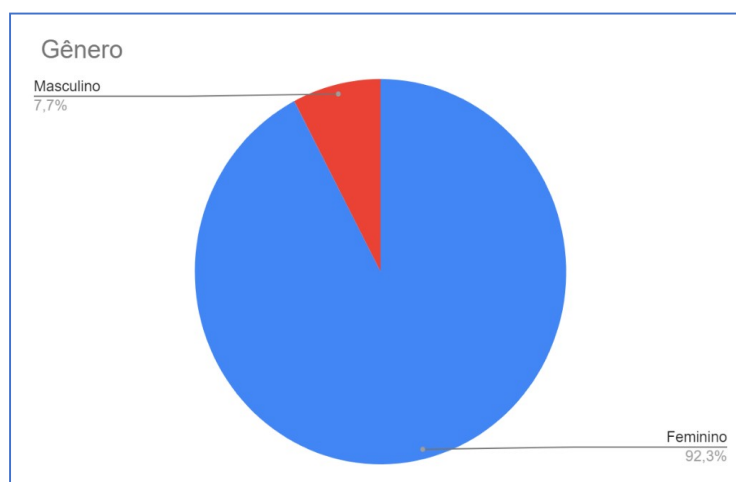
#### 4.2. Dos migrantes/refugiados(as)

Dos questionários enviados à população migrante/refugiada, pretendia-se obter quinze respondentes, mas foram obtidos treze. Dos resultados obtidos ressalta-se que 100% dos respondentes são oriundos da Venezuela, maiores de idade e todos residentes no município de Canoas, alfabetizados e que dispunham dos meios eletrônicos para participar da pesquisa. Todos foram contatados previamente e foram informados dos objetivos, dos meios e instrumentos pela qual seria executada a pesquisa.

Dos resultados encontrados foi traçado um perfil simples com algumas informações que ajudaram a compreender quem são os respondentes da pesquisa.

São em sua maioria pessoas jovens com idades entre 22 e 46 anos. Dos 13 respondentes, 12 se declararam do gênero feminino e 1 masculino, conforme se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 – Gênero

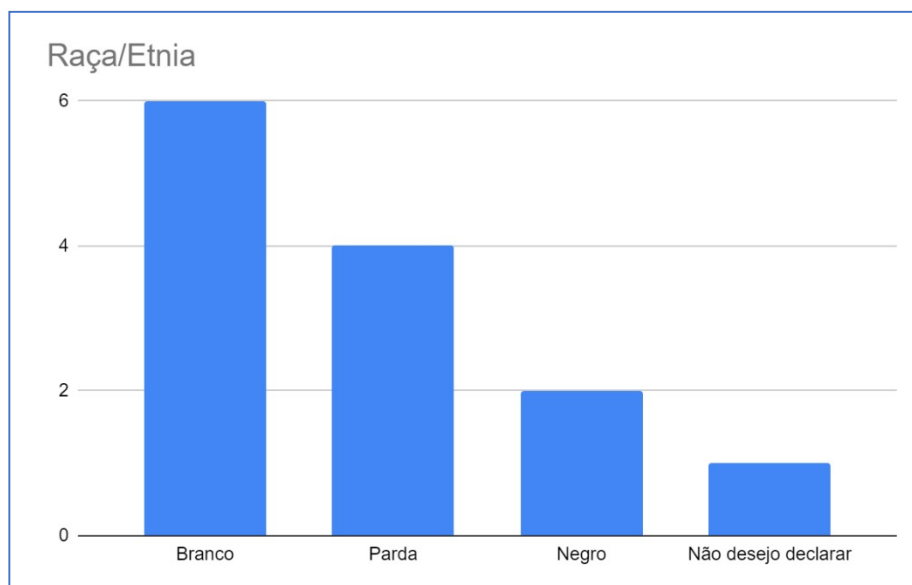


Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à raça/etnia, os(as) respondentes se declararam: brancos (6); pardos (4); negros (2); e um não desejou declarar, conforme gráfico 2.



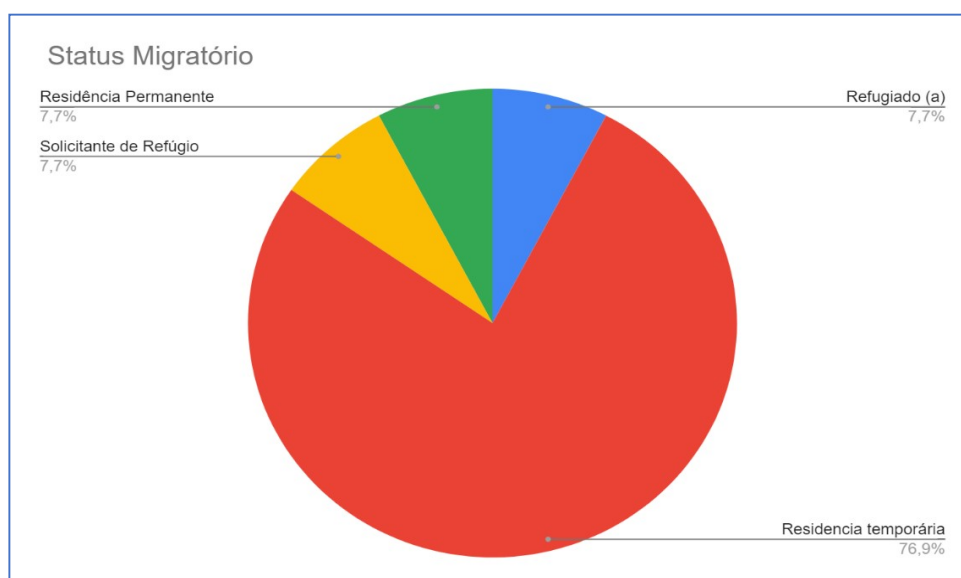
Gráfico 2. Raça/Etnia



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao status migratório, os(as) respondentes da pesquisa: 76,9% têm residência temporária (10); 7,7% é refugiado (01); 7,7% é solicitante de refúgio (01); e 7,7% possui residência permanente (01), conforme gráfico 03.

Gráfico 3. Status Migratório

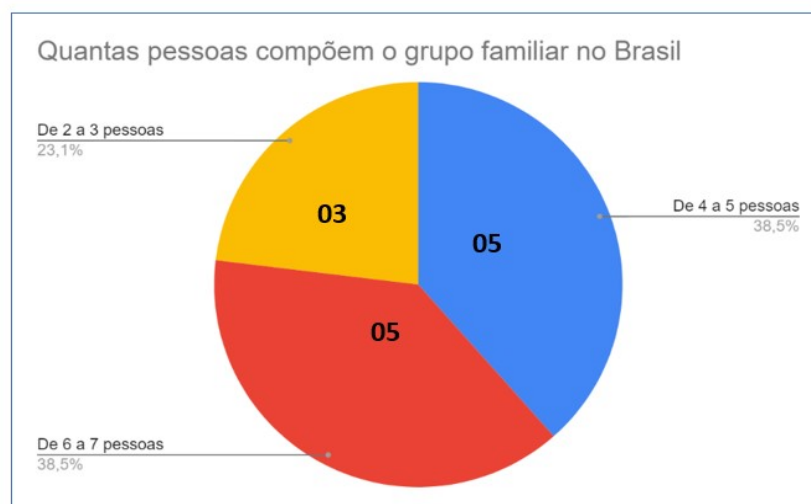


Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao grupo familiar, ou seja, pessoas residindo sob o mesmo teto que o(a) respondente da pesquisa: cinco deles, ou 38,5% têm de 4 a 5 pessoas em seu

grupo familiar; cinco deles, ou 38,5% têm entre 6 e 7 pessoas compondo seu grupo familiar; e 23,1% têm de 2 a 3 pessoas no grupo familiar, conforme aponta gráfico 4.

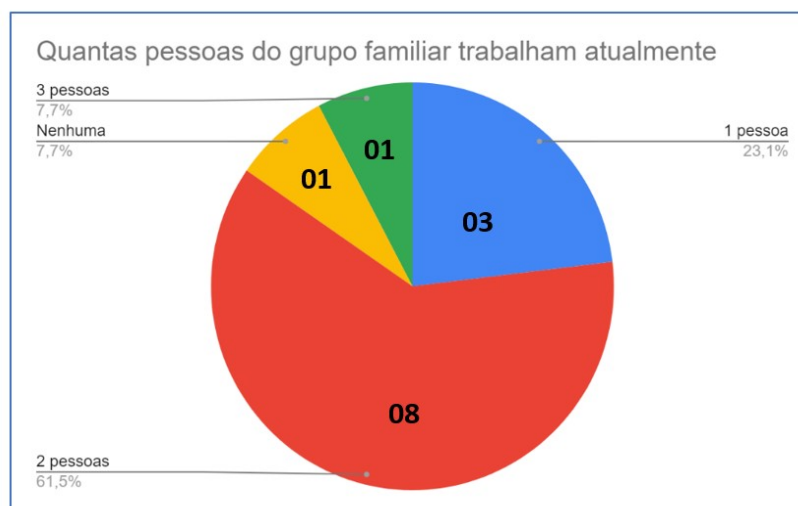
Gráfico 4. Grupo familiar



Fonte: Elaborado pela autora

Foi perguntado aos respondentes, quantas pessoas do grupo familiar atualmente trabalham: 61,5% têm 2 pessoas do grupo familiar que trabalham; 7,7% têm 3 pessoas trabalhando; 23,1% têm apenas 1 pessoa do grupo familiar atualmente trabalhando; e 7,7% não tem nenhum membro do grupo familiar trabalhando, conforme mostra gráfico 5.

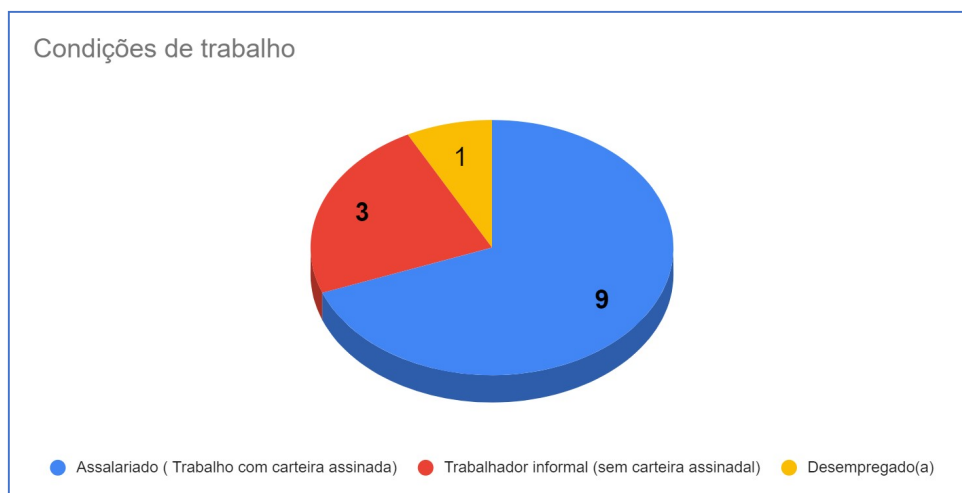
Gráfico 5. Pessoas do grupo familiar que trabalham



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação às condições de trabalho: 9 respondentes trabalham com carteira assinada; 3 são trabalhadores informais (sem carteira assinada); e 1 encontra-se desempregado conforme mostra o gráfico 6.

Gráfico 6. Condições de trabalho

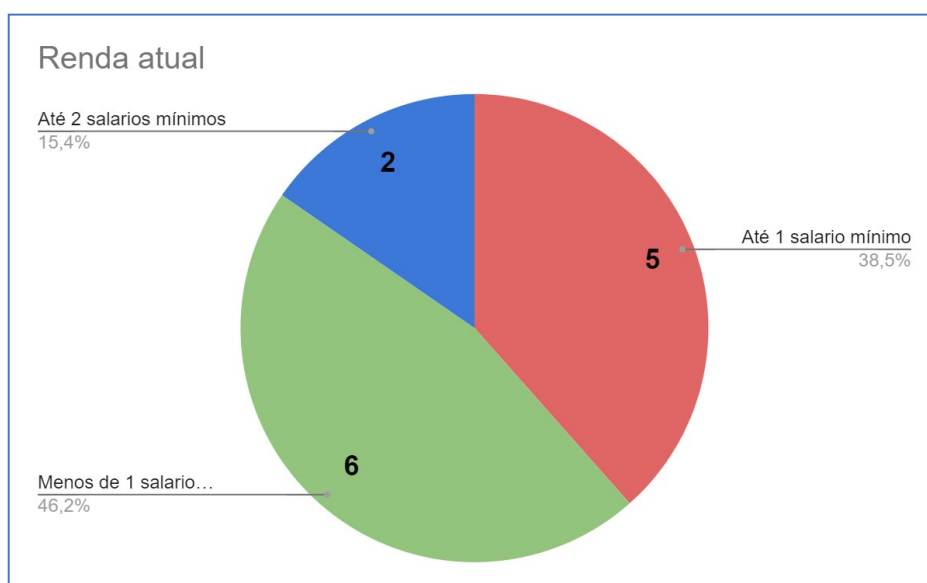


Fonte:

Elaborado pela autora

Sobre a renda dos(as) respondentes: 46,2% recebem menos de 1 salário mínimo brasileiro; 38,5% recebem até 1 salário mínimo; e 15,4% até 2 salários mínimos, como aponta o gráfico 7.

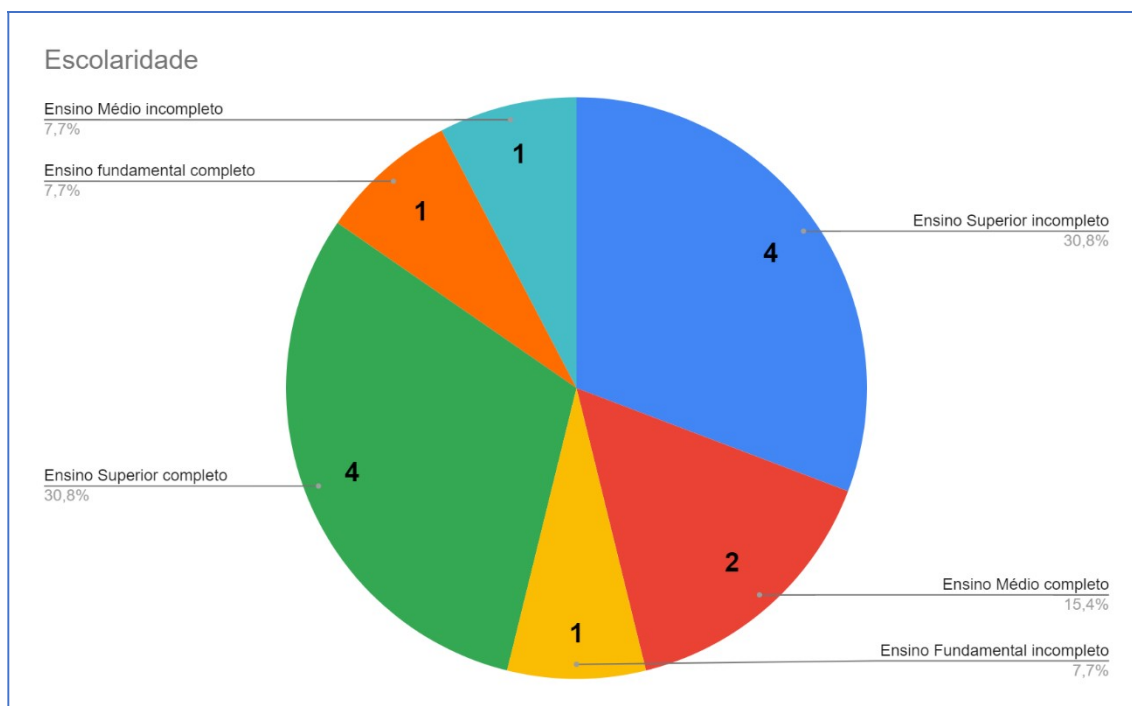
Gráfico 7. Renda atual



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 8, foram sistematizadas as informações sobre a escolaridade dos(as) respondentes: 30,8% têm ensino superior completo; número igual, 30,8% aos que declaram ter ensino superior incompleto; 15,4% têm ensino médio completo. Os que tem ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto representam cada um 7,7% dos respondentes (1).

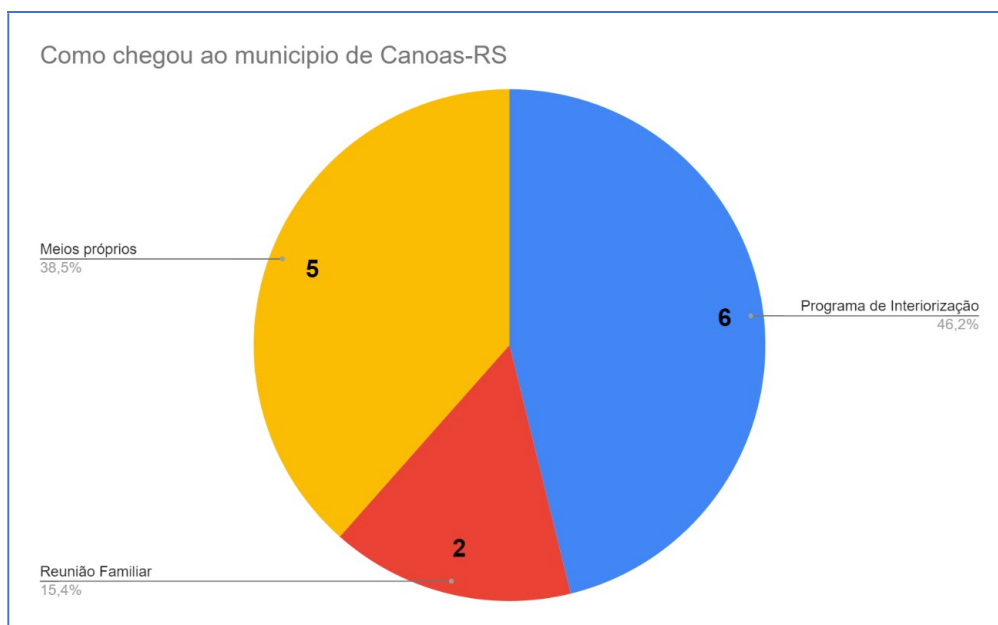
Gráfico 8. Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora

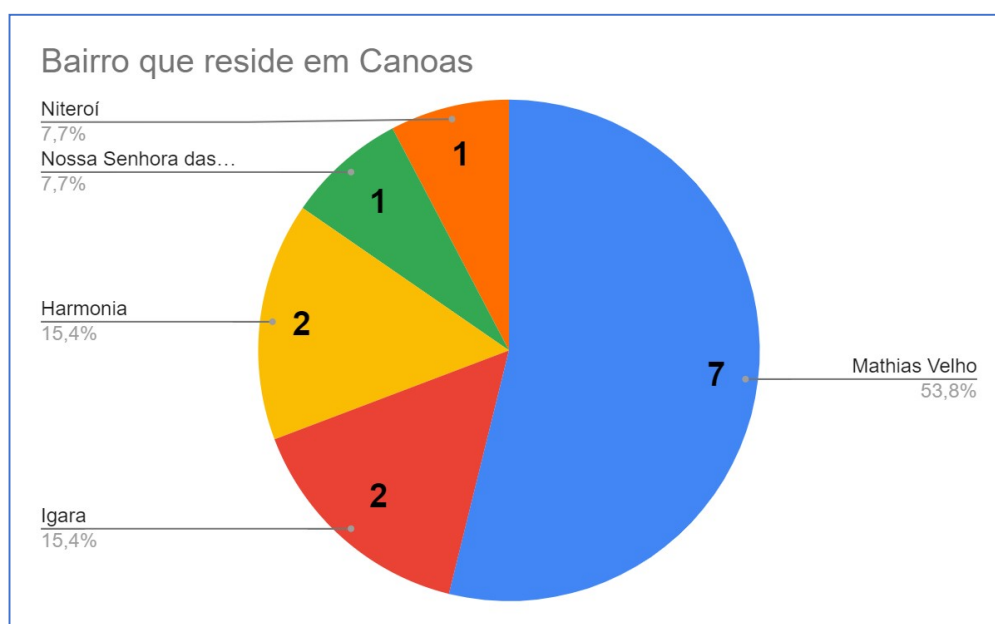
O gráfico 9 compila os dados que mostram como os(as) respondentes chegaram ao município de Canoas: 46,2% vieram pelo Programa de Interiorização do Governo Federal; 38,5% chegaram com meios próprios; e 15,4% ingressaram com autorização de residência para Reunião Familiar.

Gráfico 9. Como chegou ao município de Canoas?



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 10. Bairro que reside em Canoas

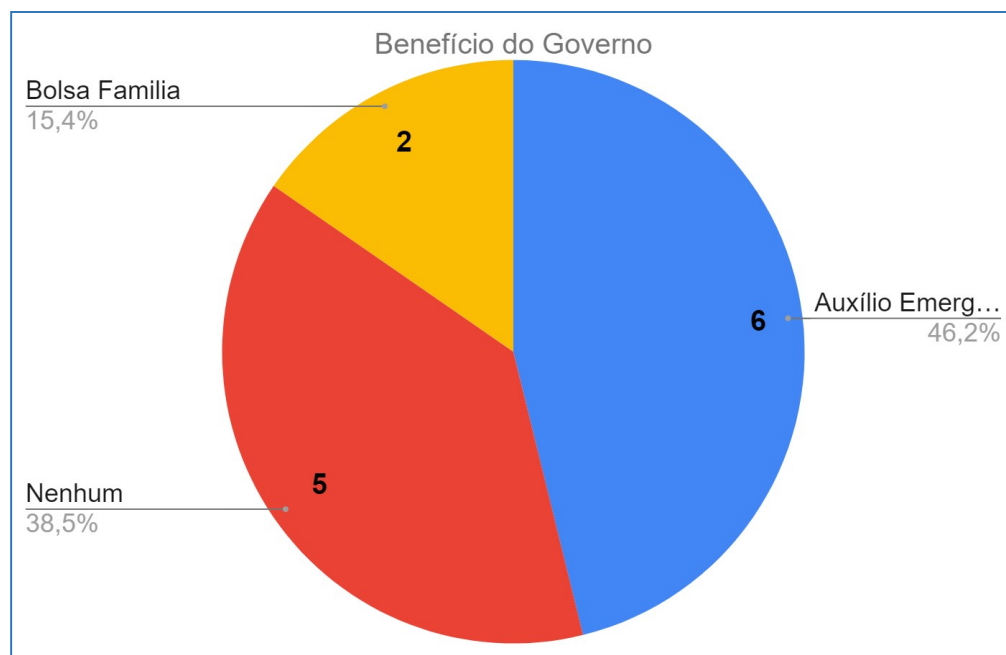


Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 10 mostra os bairros onde residem os(as) respondentes: Mathias Velho, 53,8%; Harmonia, 15,4%; Igara, 15,4%; Nossa Senhora das Graças e Niterói representam 7,7% cada um.

Sobre benefícios do governo: 46,2% recebem Auxílio Emergencial; 15,4% Bolsa Família; e 38,5% não recebem nenhum tipo de benefício.

Gráfico 11. Benefício do governo



Fonte: Elaborado pela autora

Na questão sobre o envio de remessa de dinheiro ao país de origem, os(as) 13 respondentes declaram enviar dinheiro para manutenção de parte da família na Venezuela.

Sobre a questão da documentação, nesta pergunta era possível marcar mais que uma resposta ou até mesmo todas. Dos 13 respondentes, todos(as) possuem CPF, 10 têm Carteira de Trabalho, 2 têm Protocolo de Solicitação de Refúgio, 8 dos respondentes têm Cartão do SUS, 2 têm Cartão de Programas Sociais (como Bolsa Família e outros), 10 dos respondentes têm Carteira de Registro Nacional Migratório-CRNM, 2 têm Passaporte e 1 possui outros documentos não listados no questionário.

Sobre os motivos que levaram à migração, 9 dos 13 respondentes referiram: Crise econômica. Por se tratar de uma pergunta aberta, os respondentes eram livres para responder de forma escrita. Os outros 4 respondentes (V01, V05, V07 e V08) tiveram outro tipo de resposta:

V01: *“Pela situação do país e pela vontade de trabalhar com dignidade e assim poder comprar uma casa para meus filhos”* (tradução nossa).

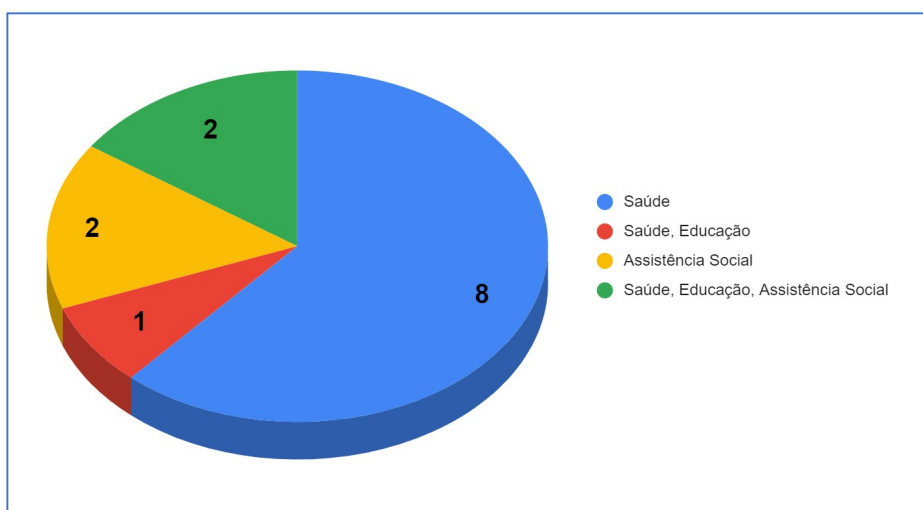
V05: *“A situação do país: fome, desemprego, educação e para dar melhor qualidade de vida para meus filhos e minha família”* (tradução nossa).

V07: “O principal motivo da saída do meu país é a economia, um salário mínimo nem chega para um quilo de arroz, a fome, a educação dos meus filhos, a saúde e muitas outras coisas”. (tradução nossa).

V08: “A violência no meu país e falta de emprego ” (tradução nossa).

Na pergunta sobre as políticas mais acessadas no município de Canoas, os respondentes poderiam marcar mais que uma resposta ou mesmo todas. Dos 13 respondentes: 8 declararam que acessam mais a Política de Saúde; 2 que acessam mais vezes a Política de Assistência Social; 2 acessam as Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social; e 1 respondente marcou que acessa mais as Políticas de Saúde e Educação, como mostra o gráfico 12.

Gráfico 12. As Políticas mais acessadas no município de Canoas



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre possíveis desafios encontrados para acessar o serviço público: 6 dos respondentes apontaram que somente o Idioma - dificuldade de se comunicar e compreender as informações recebidas foi o maior desafio; 3 responderam que a Burocracia, Idioma: Dificuldade de comunicação e compreensão das informações recebidas, Falta de informação do agente público sobre os direitos dos migrantes e a Falta de material traduzido em seu idioma foram as dificuldades; 2 responderam que os desafios são: Idioma: Dificuldade de comunicação e compreensão das informações recebidas, Falta de material traduzido em seu idioma; 1 referiu apenas a Documentação como dificuldade; 1 declarou ser a Falta de informação do agente público sobre os direitos dos migrantes.

Considerando a garantia dos direitos humanos, quais as demandas mais urgentes da população migrante/refugiada que reside em Canoas-RS? 7 dos respondentes classificaram como demanda urgente: Trabalho e Renda; 2 classificaram: Educação, Trabalho e Renda e Informações sobre direitos; 1 classificou como: Trabalho e Renda, Moradia, Documentação; 1 que era: Trabalho e Renda, Saúde, Educação, Documentação, Alimentação; 1 classificou: Trabalho e Renda, Moradia, Documentação, Alimentação; e 1 declarou ser urgente: Trabalho e Renda, Moradia, Informação sobre os direitos, Alimentação.

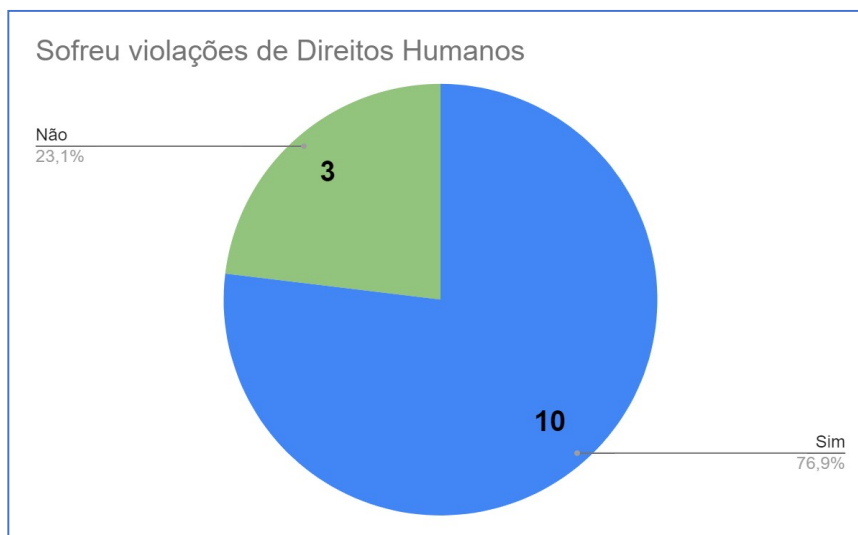
Diante dos desafios apontados, quais as sugestões para melhoria dos serviços? Para 5 dos respondentes, as sugestões são: Criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas; para 2 respondentes a sugestão é: Tradução de material informativo para seu idioma; para 1: Formação dos agentes públicos, Tradução de material informativo para seu idioma, Ter tradutor (a) para fazer a mediação linguística e cultural para população migrante/refugiada; para 1: Criação/ampliação das políticas públicas para atender as demandas da população migrante/refugiada; para 1: Ter tradutor(a) para fazer a mediação linguística e cultural para a população migrante/refugiada; para 1: Criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas, Tradução de material informativo para seu idioma; para 01: Criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas, Tradução de material informativo para seu idioma; para 1: Criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas, Ter tradutor (a) para fazer a mediação linguística e cultural para população migrante/refugiada, Tradução de material informativo para seu idioma; para 1: Tradução de material informativo para seu idioma, Ter tradutor (a) para fazer a mediação linguística e cultural para população migrante/refugiada.

Ao perguntar se já tinham sofrido violações de direito, 76,9% afirmaram que sim e 23,1% afirmaram que não sofreram, ver gráfico 13. Para melhor compreender o fenômeno, foi perguntado onde ocorreu tal violação, os respondentes tinham 3 opções: na Venezuela, no Brasil ou em ambos. É importante observar no gráfico anterior que apenas 10 respondentes declaram ter sofrido algum tipo violação de direitos humanos logo, são os mesmos que responderam onde ocorreu as violações:



90% declaram ter sofrido na Venezuela e 10% em ambos ou seja, Brasil e Venezuela, conforme gráfico 14.

Gráfico 13. Violação de Direitos Humanos



Fonte: Elaborado pela autora

O que você entende por direitos humanos? Considera importantes? Por quê? Por se tratar de uma pergunta aberta e com possibilidade de escrever de forma livre, foram colocadas na íntegra as respostas. Os respondentes foram classificados com letra V e os números, a tradução foi feita pela autora.

V01- “Porque nos permite saber e compreender quais são os nossos direitos fora do nosso país e, ao mesmo tempo, permite-nos saber para onde ir em caso de qualquer problema”(tradução nossa). V02- “Levar uma vida digna e trabalhar com dignidade, sem sofrer abusos e humilhações”(tradução nossa). V03- “Se são importantes porque nos ajudam a ter mais benefícios e a receber um bom tratamento da população brasileira” (tradução nossa). V04- “Os direitos que nós, seres humanos, temos de viver bem são muito importantes porque o nosso bem-estar vai depender disso” (tradução nossa). V05- “Os direitos humanos são os direitos que todos nós seres humanos temos” (tradução nossa). V06- “Refiro-me ao bem-estar que todo ser humano deve ter, considero muito importante porque o nosso bem-estar depende disso, pessoal, emocional e psicológico”. (tradução nossa) V07- “São as normas que protegem e reconhecem a dignidade de todo ser humano. Eu considero importante porque eles nos garantem vida, igualdade, liberdade e segurança e protegem as pessoas contra abusos cometidos por aqueles que estão

em posições de maior poder” (tradução nossa). V08- “É o uso justo das leis relativas à imigração, porque não há argumento justo para a discriminação com base na nacionalidade” (tradução nossa). V09- “São as leis que protegem a vida de todas as pessoas sem discriminação” (tradução nossa). V 10- “Porque nos permite conhecer nossos direitos fora de nosso país de origem e também nos ajuda a compreender e desenvolver em todas as áreas”.(tradução nossa) V11- “Para defesa das pessoas”. V12- “São a defesa de qualquer pessoa. São essenciais para vida”. (tradução nossa)

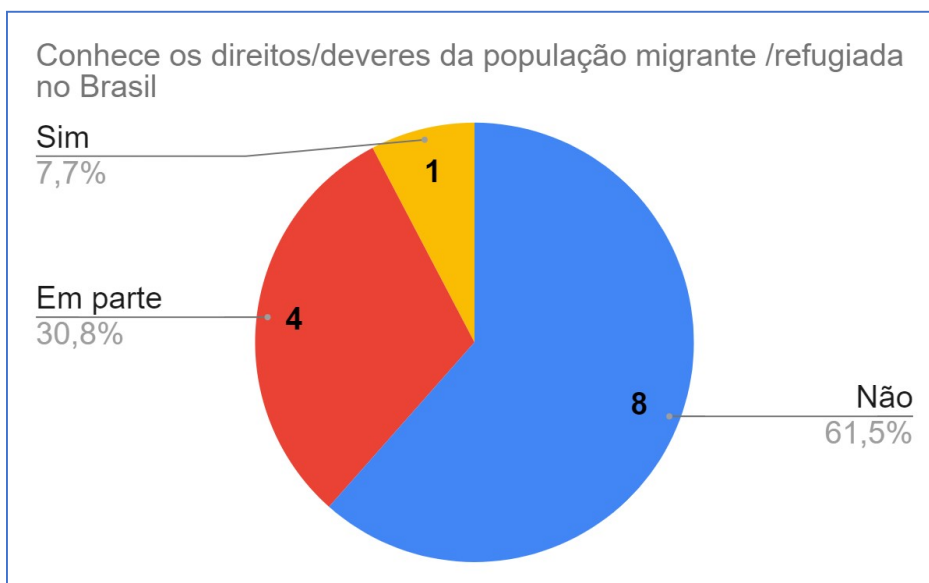
Gráfico 14. Onde ocorreu a violação?



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria das respondentes, 90% afirmam ter sofrido violações de direitos humanos na Venezuela e 10% em ambos os países ( Venezuela e Brasil). Não tiveram respondentes que sinalizaram ter sofrido violações só no Brasil.

Gráfico 15. Conhece os direitos/deveres da população migrante/refugiada no Brasil?



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 15, estão representadas as respostas referentes ao conhecimento ou não dos direitos e deveres da população migrante/refugiada no Brasil: 61,5% dos respondentes do questionário declararam que não conhecem tais direitos; 30,8% conhecem em parte; e 7,7% conhece tais direitos.

Gráfico 16. A quem recorrer quando existe uma demanda?



Fonte:

Elaborado pela autora

O gráfico 16 exemplifica a quem a amostra da população migrantes/refugiada participante da pesquisa recorre quando tem alguma demanda: 9 afirmaram que

buscam ajuda de terceiros; 3 buscam as organizações da sociedade civil; e apenas 1 pessoa busca auxílio com os serviços públicos, por meio das políticas públicas.

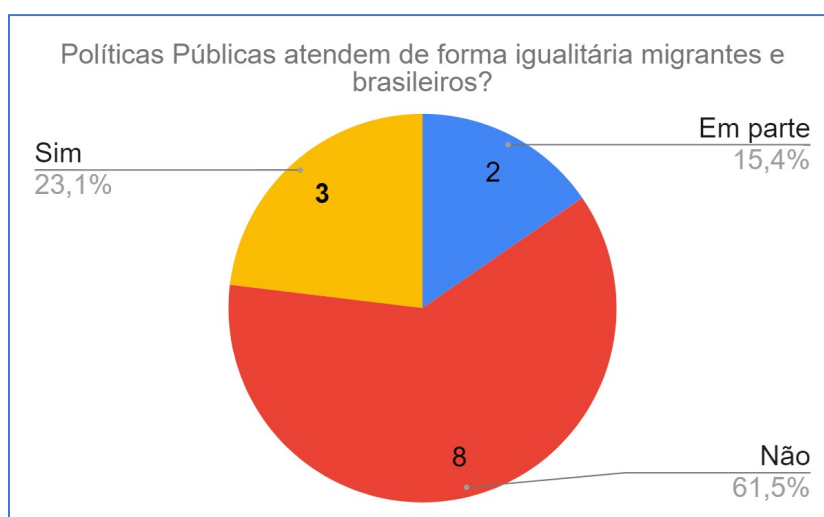
Gráfico 17. Considera seus Direitos Humanos respeitados?



Fonte: Elaborado pela autora

Para 61,5%, seus direitos humanos são respeitados no Brasil, e para 38,5%, só parte dos direitos humanos são respeitados. Gráfico 17.

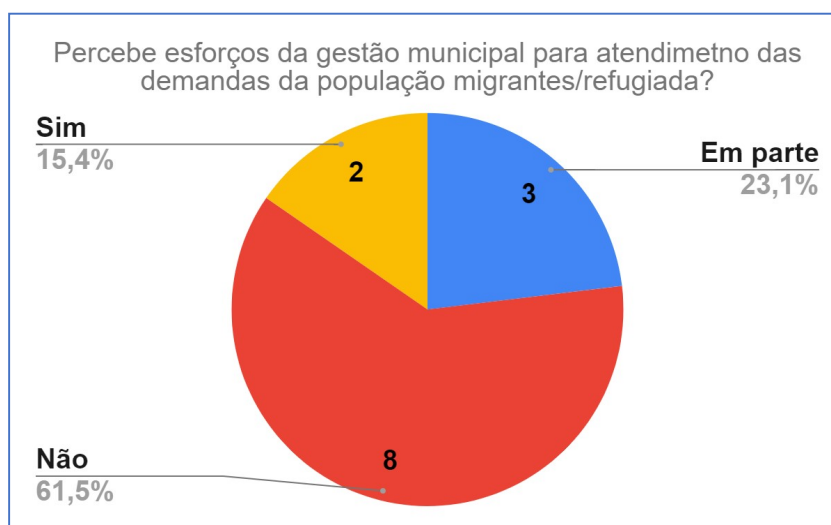
Gráfico 18. Considera que as Políticas Públicas atendem de forma igualitária migrantes e brasileiros?



Fonte: Elaborado pela autora

Considera que as Políticas Públicas atendem de forma igualitária migrantes e brasileiros? 61,5% responderam que não; 23,1% responderam que sim; e 15,4% responderam que isso acontece em parte.

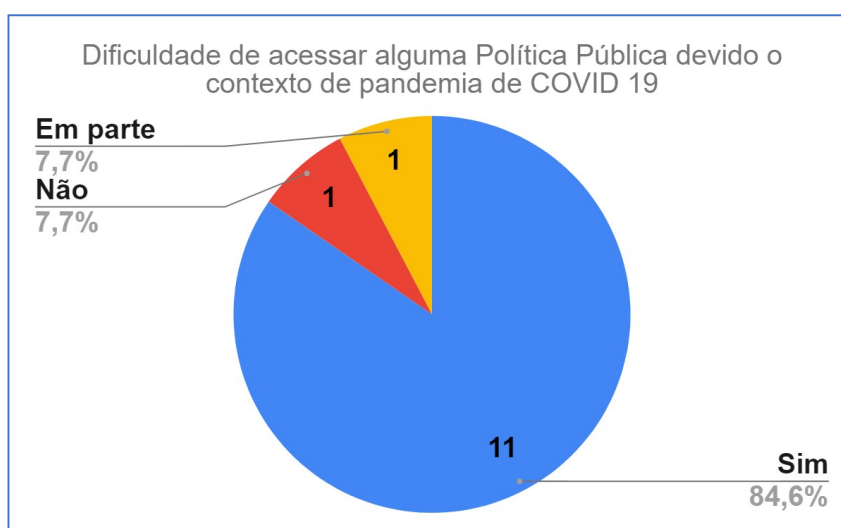
Gráfico 19. Percebe esforços da gestão do município de Canoas para o atendimento das demandas dos migrantes?



Fonte: Elaborado pela autora

Dos 13 respondentes, 61,5% consideram que não percebem esforços da gestão municipal com relação às demandas dos migrantes; 23,1% observam isso em parte; e 15,4% acham que sim, que existe esforço da prefeitura.

Gráfico 20. Dificuldade de acessar alguma Política Pública devido à pandemia de COVID 19



Fonte: Elaborado pela autora

No contexto de pandemia de COVID 19, tiveram dificuldade de acessar alguma Política Pública: 84,6% declaram que sim; 7,7% que em parte; e 7,7% que não.

Esses são os principais dados apresentados como resultado da pesquisa. Para melhor compreender os dados, foram elencadas 3 categorias que colaboram na resposta aos objetivos propostos: **Demandas**, **Desafios**, **Enfrentamento**, que serão discutidos no capítulo que segue.

## 5 DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa de campo feitas foram registrados por meio da síntese dos dados e posteriormente foram transformados em gráficos e quadros para melhor organizar a análise de conteúdo.

Para organizar uma análise, a autora apresenta os seguintes passos: 1) pré-análise- que é sistematização de ideias; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011, p.124).

Foram elencadas categorias-chaves, extraídas da análise tidas como temas fundamentais para a pesquisa: **Demandas** – principais demandas da população migrante/refugiada; **Desafios** – seja da população migrante ou das organizações da sociedade civil em acessar, encaminhar e obter respostas das políticas públicas; e as formas de **Enfrentamento(Possibilidades)**- enfrentamento das dificuldades encontradas, sugestões para melhoria com o intuito de garantir os direitos humanos.

Os resultados serão apresentados de forma bruta por entender que são expressivos e representam a potência das falas e significados para os 2 grupos participantes da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 41):

[...]um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo. [...]análise de conteúdo pode ser uma análise dos "significados".

Alguns dados contidos nos gráficos foram tabulados por meio de porcentagem simples, juntamente com o número de pessoas que tiveram a mesma resposta. Para construir a síntese de dados, foi utilizada a ferramenta Excel.

Constata-se que as entidades da sociedade civil executam um importante papel de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas específicas da população migrante/refugiada. Os projetos executados por essas entidades tentam suprir as deficiências das políticas públicas no município e se

apresentam como a porta de entrada para a garantia de direitos humanos por meio dos serviços ofertados.

Na **categoria demandas**, destaca-se: emprego e renda, documentação, alimentação, moradia, educação e inclusão linguística e cultural como principais necessidades trazidas pela população migrante. Observa-se que são direitos sociais importantes para manutenção e garantia de vida digna, pilar dos direitos humanos.

Grande parte das normativas legais preconizam a garantia desses direitos à população migrante/ refugiada nas mesmas condições que os nacionais, no entanto, observa-se que ainda precisam ser dados significativos passos na direção de efetividade dos direitos.

Na **categoria desafios**, destaca-se a partir da análise da sociedade civil a falta do trabalho em rede (Estado/ Setor Privado/Sociedade Civil) e da intersetorialidade das políticas; atendimento pontual e emergencial das Políticas Públicas não garantindo acesso universal aos serviços públicos, a discriminação e preconceito ainda existentes com relação à migração e a consequente exploração dessa população. Pela condição de pessoa em mobilidade, muitos ficam expostos a situações de vulnerabilidade e podem estar mais vulneráveis à exploração do trabalho e trabalhos análogos à escravidão, obstaculizando a construção de sociedades mais igualitárias e a busca de condições dignas de vida.

Ficou evidente que a falta de interesse político dos governos pela temática dificulta sua abordagem qualificada na agenda política governamental. Falta de mapeamento, inclusão de protocolos de atendimento das políticas públicas, formação dos agentes públicos quantos aos direitos dessa população.

Na **categoria enfrentamento**, destaca-se a partir da análise da sociedade civil a necessidade de inclusão de material traduzido em outros idiomas, mediadores culturais ou intérpretes nos serviços públicos, para garantir não somente a ponte linguística, mas a ponte cultural e de sentido para essa população que, em grande medida só tem condições de recorrer aos serviços públicos. A revalidação de diplomas pode contribuir para melhor empregabilidade dessa população e contribuir para qualificação profissional de outros espaços. Reforça-se aqui a criação ou ampliação das políticas tendo programa e projeto voltados especificamente para essa população.

Dos indicadores/perfil dos respondentes migrantes/refugiados destacam-se as principais informações: o grupo é formado em sua maioria por mulheres, brancas,

jovens, com Residência Temporária expedida. Tem grupo familiar formado ente 4 e 7 pessoas, dessas, apenas 2 pessoas trabalham, todos pagam aluguel e maioria reside no Bairro Mathias Velho (bairro periférico com custo de vida mais baixo). Todos os respondentes afirmam enviar dinheiro para manter familiares na Venezuela. Grande parte trabalha com carteira assinada e tem renda de até um salário mínimo nacional e recebem auxílio emergencial do governo. A escolaridade está entre o ensino superior incompleto e completo.

São dados importantes para pensar as realidades enfrentadas pelas pessoas em mobilidade no município. Observa-se que estas pessoas estão expostas a situação de vulnerabilidade social, devido à pouca renda e quantidade de pessoas para serem mantidas no grupo familiar e também na Venezuela.

Maior parte do grupo respondente, chegou ao município pelo Programa de Interiorização e outra parte por Meios Próprios. Isso pode explicar os documentos que possuem pois os que ingressam no Brasil pelo programa, passam por triagem e acompanhamento de uma rede de serviços do Governo Federal e das agências da ONU que buscam dar suporte com relação a documentação, vacinas, acompanhamento de saúde e outros.

Quando perguntados se consideram que as políticas públicas atendem de forma igualitária migrantes e brasileiros, 61,5 % responderam que não. Quanto aos esforços da gestão municipal no atendimento das demandas, o mesmo número 61,5% responderam que não percebem esforços neste sentido. No entanto, a mesma porcentagem 61,5% considera que seus direitos humanos são respeitados no Brasil. Outros dados podem contribuir para melhor problematizar essa questão dos direitos humanos. No gráfico 13, sobre violações de Direitos Humanos, 76,9% declaram já ter sofrido alguma violação; no gráfico 14, mostra que 90% das violações ocorreram na Venezuela; logo, a compreensão e o parâmetro de violação de Direitos Humanos pode estar sendo comparado à experiência na Venezuela. Somados a isso, no gráfico 15 sobre os direitos e deveres da população migrantes/refugiada, 61,5% declaram não ter conhecimento, e outros 30,8% só conhecem em parte.

As **demandas** mais apontadas pela população migrante/refugiada estão relacionadas a trabalho e renda. De certa forma apontam para os novos modelos de relações socioeconômicas, ao mesmo tempo que sinaliza a relação capital X trabalho que se mostra no cenário internacional e nacional cada vez mais



precarizada. A busca por condições dignas de vida no país de acolhida contrasta com a exploração da mão de obra migrante/refugiada e com o desemprego que toma a cada dia proporções alarmantes, potencializadas pelo contexto de COVID 19.

Categoria **Desafios** para o grupo de respondente migrantes/refugiados destaca-se: o idioma e dificuldade de se comunicar e compreender as informações recebidas; a falta de material traduzido e a falta de informação dos agentes públicos sobre os direitos dos migrantes. Esses itens são apontados por eles como principais desafios para acessar os serviços públicos. Se observamos o gráfico 16, a maior parte dos respondentes (9) recorrem a terceiros quando necessitam de ajuda, 3 a entidades da sociedade civil e apenas 1 aos serviços públicos. Pode estar indicando que a experiência dessa população junto aos serviços públicos é de não acolhimento e não compreensão devido às barreiras linguística e culturais.

Na categoria **Enfrentamento** aparece: a criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas, como se fosse um comitê que pudesse discutir e tensionar a sociedade e o poder público para adoção da pauta migratória na agenda das políticas públicas.

É dada grande importância a material informativo traduzido para outros idiomas, a fim de garantir a compreensão das informações e do acesso mais qualificado aos direitos. Outro ponto relevante para o enfrentamento das dificuldades pelos migrantes para acessar as políticas públicas é a formação dos agentes públicos para conhecer e poder atuar de forma mais qualificada na realidade migratória no sentido de aproximar as pessoas de seus direitos. Outro ponto na pesquisa é possibilidade de em alguns espaços públicos poderem contar com mediadores culturais/tradutores, para fazer a mediação linguística e cultural para população migrante/refugiada. Esse trabalho seria parte de uma rede de apoio que tem como objetivo atender a população migrante/refugiada e assessorar o poder público no sentido de empregar recursos financeiros e humanos de forma mais acertada.

As políticas públicas são o mais importante canal de acesso aos direitos humanos, uma vez que é pelo acesso aos serviços públicos como Saúde, Educação, Assistência Social que essa população pode ter o mínimo necessário para a manutenção de suas vidas e conseqüentemente de sua dignidade.

As políticas públicas também podem ser um importante mecanismo de mapeamento da população migrante/refugiada, ofertando dados importantes que

qualificariam as próprias políticas públicas no sentido de intervenções mais eficazes, avaliações mais precisas e investimentos mais acertados. Ainda precisamos avançar muito nesse sentido, construindo estratégias políticas que aumentem a produção de dados e favoreçam a proteção da população migrante/refugiada que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Sabe-se que a questão da mobilidade humana é responsabilidade de todos os atores que compõem a sociedade em que pese o papel da administração pública como principal garantidor de acesso aos serviços públicos e à proteção social. Observa-se, porém, que grande parte das demandas trazidas pela população migrante/refugiada é atendida pelas organizações da sociedade civil, que dispõem, em sua grande maioria, de corpo técnico mais qualificado e com mais experiência na temática e que acabam por intermediar o acesso da população migrante/refugiada aos serviços públicos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os novos fluxos migratórios internacionais evidenciam demandas aos estados-nação que vão além de um protecionismo legal, pois elas exigem novas respostas ao processo de inclusão social muito mais voltados à perspectiva dos direitos humanos.

Dos dados empíricos coletados, observou-se uma migração feminina, jovem, branca, com formação superior completa ou por completar e com status de Residência Temporária. Muitas pessoas residindo na mesma casa, renda baixa ou insuficiente para manutenção do grupo familiar (menos de um salário mínimo) e ainda tendo que colaborar na manutenção de outros familiares na Venezuela.

A análise dos respondentes migrantes/refugiados(as) e as entidades da sociedade civil ajudaram a elencar 3 importantes categorias para essa pesquisa: Principais Demandas, Desafios e Enfrentamento( Possibilidades). Foram elencadas as principais necessidades da população migrante/refugiada: emprego e renda, documentação, alimentação, moradia, educação e inclusão linguística e cultural. Foram apresentados os principais desafios enfrentados para acesso às políticas públicas: atendimento pontual e emergencial das políticas públicas, falta de um trabalho em rede (Estado/Sociedade Civil e Setor Privado), discriminação e preconceito existentes com relação à temática migratória; a dificuldade de se

comunicar e compreender as informações recebidas; a falta de material traduzido nos locais públicos; e a falta de informação dos agentes públicos sobre os direitos dos migrantes.

Diante do exposto, é possível apontar a ineficiência das políticas públicas nos atendimentos das demandas trazidas pela população migrante/refugiada em Canoas- RS. Além da ineficiência, foi possível apontar a falta de interesse da gestão municipal com a causa migratória, acarretando problemas que colocam em evidência a inefetividade dos Direitos Humanos no contexto desse grupo populacional em Canoas-RS.

A inexistência de dados e mapeamento nos canais oficiais do município, a recusa em ofertar dados, ou permitir que esses fossem buscados por meio da pesquisa, demonstra a falta de interesse político da gestão municipal em acolher essa pauta com relevante.

O aumento do número de migrantes/refugiados no município, trouxe visibilidade ao tema que foi absorvido, não na sua inteireza, pelas organizações da sociedade civil que tentam atender e encaminhar as demandas caso a caso, de acordo com suas possibilidades, buscando parcerias com voluntários e outras redes de ajuda. É importante que a gestão local avalie os impactos das demandas da população migrante nas políticas públicas municipais, seja com relação à oferta, ao acesso a serviço, a orçamentos ou a investimentos. A falta de informação dos agentes públicos sobre os direitos dessa população obstaculiza o acesso qualificado aos direitos, podendo gerar dois movimentos: de distanciamento dos serviços públicos, ou de agravamento das situações de vulnerabilidade requerendo administração local, intervenções de alta complexidade e de forma duradoura

Essa pesquisa não pretende responder ou explorar a totalidade da temática devido à sua complexidade nos cenários brasileiro e municipal; quer antes, provocar a reflexão para a construção de cenários possíveis para acesso qualificado às políticas públicas para a integração local de migrantes e refugiados(as).

Apesar dos avanços do marco legal brasileiro, a integração da população migrante/refugiada ainda precisa progredir para se tornar uma agenda de políticas humanitárias organizadas e coordenadas para facilitar e garantir acesso a direitos.

As Políticas Públicas também se apresentam como um importante mecanismo de mapeamento da população migrante/refugiada, ofertando dados importantes que qualificariam as próprias políticas públicas no sentido de

intervenções mais eficazes, avaliações mais precisas e investimentos mais acertados.

As possíveis respostas não são fáceis, pois requerem reflexão e ação para constituir novas sociabilidades, novos modelos de proteção social para a população migrante/refugiada e para sociedade que a acolhe. O primeiro desafio é do trabalho em rede para qualificar o acesso igualitário e universal a toda a população. Outro desafio potente é a capacitação dos servidores públicos e a criação de materiais traduzidos que, além de pontes linguísticas, poderão estabelecer pontes de sentido e pertença com a população migrante/refugiada, a fim de qualificar e preencher as lacunas existentes. Sugere-se também como importante a criação de um comitê com representantes do poder público, da população migrante/refugiada e das entidades da sociedade civil para estabelecer diálogo e respostas/ações conjuntas para acesso qualificado às políticas públicas municipais.

Destaca-se portanto, o papel das políticas públicas como principais aparelhos para efetivar e materializar os direitos humanos e que necessitam urgentemente reestruturar-se para que consigam avançar na agenda de direitos humanos, sendo verdadeiramente inclusivas e universais.

Além de todas as questões levantadas, a temática seguirá sendo aprofundada por meio do interesse acadêmico iniciado na graduação, nos afetos construídos a partir de aproximações feitas em atendimentos como profissional e voluntária em espaços de atendimento de migrantes e mais recentemente no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações -NEPEMIGRA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS onde atualmente atua prestando atendimento psicossocial a migrantes e refugiados de várias nacionalidades.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. ACNUR Brasil. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**, 28 ago. 2020b. Disponível em: <

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. ACNUR Brasil. **Venezuelanos no Brasil: integração no mercado de trabalho e acesso a redes de proteção social**. Publicações site [2020?]. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-sobre-Integra%C3%A7%C3%A3o-de-Refugiados-e-Migrantes-da-Venezuela-no-Brasil.pdf>> . Acesso em: 12 maio 2020.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. ACNUR Brasil. **Nota de Orientação sobre considerações de proteção internacional para os venezuelanos** – Atualização: maio 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Atualizac%C3%A7%C3%A3o-Guidance-Note.pdf>> . Acesso em: 17 jun. 2020.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. ACNUR Brasil **Relatório Anual de Tendências Globais. Relatório global do ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade**. Genebra, 18 jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/#:~:text=De%20acordo%20com%20relat%C3%B3rio%20do,consegue%20voltar%20para%20suas%20casas>> . Acesso em: 13 set. 2020.

ACNUR. Declaração de Cartagena. Conclusões e Recomendações. 1984. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf)> . Acesso em: 29 out. 2020

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/2018**: O Estado dos Direitos Humanos no mundo. Relatório. Londres: Amnesty International, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>> . Acesso em: 10 ago. 2020

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiros. São Paulo: Edições 70, 2011.

BICHARA, Jahyr-Philippe. Proteção internacional dos migrantes: entre prerrogativas e obrigações dos Estados. Revista de informação legislativa, v. 55, n. 220, p. 123-148, out./dez. 2018. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/220/ril\\_v55\\_n220\\_p123.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/220/ril_v55_n220_p123.pdf)> . Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). 4ª Edição do Refúgio em Números. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>> . Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística- IBGE: Brasília. Panorama cidade de Canoas.2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.html)>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2020

CANOAS. Prefeitura de Canoas. **Primeiro grupo de refugiados venezuelanos chega a Canoas**. Canoas: Prefeitura municipal, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/primeiro-grupo-de-refugiados-venezuelanos-chega-a-canoas/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CANOAS. Prefeitura Municipal. Centros temporários de acolhimento aos venezuelanos encerram atividades em Canoas. Canoas, 25 mar. 2019b. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/centros-temporarios-de-acolhimento-aos-venezuelanos-encerram-atividades-em-canoas/#:~:text=j%c3%a1%20no%20ensino%20fundamental%20e,na%20rede%20p%c3%bablica%20de%20educa%c3%a7%c3%a3o.&text=canoas%20foi%20uma%20das%20cidades,total%2c%20foram%20309%20venezuelanos%20acolhidos>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CANOAS. Prefeitura municipal. **Plano municipal de Saúde 2018-2021**. Canoas: Prefeitura Municipal, [2017?]. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Plano-Municipal-de-Saude-2018-2021b.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2020.

CANOAS. Prefeitura Municipal. **Prefeitura de Canoas intensifica ações do programa de interiorização de venezuelanos**. Canoas: Prefeitura Municipal, 19 fev. 2019a. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/prefeitura-de-canoas-intensifica-aco-es-do-programa-de-interiorizacao-de-venezuelanos/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

EDWARDS, Adrian. **Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. Está cada vez mais comum ver os termos 'refugiado' e 'migrante' confundidos, mas existe alguma diferença entre eles? E essa diferença é importante? Agência da ONU para Refugiados- ACNUR BRASIL, Genebra, 1 out.

2015. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GALERA SEVERO, F. O procedimento de solicitação de refúgio no Brasil à luz da proteção internacional dos direitos humanos. Revista da Defensoria Pública da União, v. 1, n. 08, 7 dez. 2018. Disponível em: <<https://revistadadpu.dpu.def.br/index.php/revistadadpu/article/view/99>> Acesso em: 19 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ipea; Ministério da Justiça. (Série Pensando o Direito, n. 57). Disponível em: <[http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD\\_57\\_Liliana\\_web3.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINARIO, Silvia Menicucci. O. S.. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322010000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 out. 2020.

MATTOS, Pablo. **Breves apontamentos sobre a atuação do ACNUR na resposta ao fluxo de venezuelanos em Roraima**. Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 14, n.14. p. 21-25 (2019). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

MILESI, R., COURY, P. y ROUVERY, J (2018): Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual, Aedos, Porto Alegre, vol. 10, nº 22 (agosto), pp. 53-70. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376/49791>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MILESI, Rosita; CARLET, Flavia. **Refugiados e Políticas Públicas**. In: SILVA, Cesar Augusto S. da, (Org.). Direitos humanos e refugiados. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 77-97.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/resources/publications>>. Acesso: em 15 dez. 2019.

## APÊNDICE A – TCLE E QUESTIONÁRIO MIGRANTES- PORTUGUÊS

Migração Venezuelana e Políticas Públicas

O presente questionário faz parte do projeto de pesquisa intitulado: Migração Venezuelana e acesso a Políticas Públicas em Canoas-RS: Desafios e Possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos.

Antes de iniciar o preenchimento do questionário, é necessário que leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE e confirme sua participação ou não nesta pesquisa.

Desde já agradeço!

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Sou Giulianne Araujo de Macêdo, Assistente Social e estudante do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS. Estou realizando a pesquisa intitulada: Migração Venezuelana e acesso a políticas públicas em Canoas-RS: Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva.

O objetivo principal da pesquisa é analisar os principais desafios enfrentados pela população venezuelana no acesso a Políticas Públicas no município de Canoas-RS e seus impactos para a garantia dos Direitos Humanos. A relevância do estudo está baseada no aumento do número de migrantes venezuelanos(as) no município, a falta de dados nos canais oficiais das Políticas Públicas e a insuficiente produção acadêmica sobre o assunto.

Tendo presentes os objetivos da pesquisa, convido o(a) senhor(a) a participar, por meio de um questionário com perguntas relativas ao tema da migração e acesso às Políticas Públicas. Devido ao contexto de pandemia de COVID 19, o questionário será enviado por meio do link da ferramenta Google Formulário para o e-mail, WhatsApp ou outro recurso de melhor acesso do(a) participante. Espera-se com esse estudo conhecer parte da realidade vivenciada pela população venezuelana no município e contribuir para produção de dados que colaborem na ampliação das Políticas Públicas no que diz respeito ao atendimento das demandas da população migrante/refugiada e seus direitos.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e os dados aqui colhidos serão tratados de forma sigilosa e respeitosa, sendo usados apenas para fins desse estudo. Seus resultados poderão ser divulgados em eventos científicos resguardando a identidade dos(as) participantes e obedecendo os princípios éticos da pesquisa.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos, podendo ser gerados possíveis desconfortos ao responder alguma pergunta. O(a) senhor(a) pode optar em desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que isso implique algum tipo de prejuízo.

Se no decorrer da pesquisa forem encontradas evidências de violações de direitos, a pesquisadora poderá encaminhar aos órgãos competentes levando em conta a conduta ética e o seu consentimento.

Os benefícios da pesquisa são muitos, destaca-se a produção de dados para identificação de lacunas e o aprimoramento de Políticas Públicas que atendam às demandas da população migrante/refugiada, garantindo, dessa forma, acesso qualificado e o respeito aos Direitos Humanos.

Qualquer esclarecimento ou para obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail: giulianne.snd@gmail.com ou pelo telefone: (51) 9988-38927.

Considerando que, fui informado(a) dos objetivos, metodologia, relevância, procedimentos, riscos, benefícios deste estudo, estou ciente do meu consentimento em participar da pesquisa e concordo que dados obtidos poderão ser utilizados para fins científicos.

Aceita participar da pesquisa?

- Sim, concordo
- Não concordo

País de origem	Gênero
<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Venezuela</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Masculino</li> <li><input type="radio"/> Feminino</li> <li><input type="radio"/> Outro</li> </ul>
Qual sua idade?	
Raça/Cor	Estado civil
<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Branca</li> <li><input type="radio"/> Parada</li> <li><input type="radio"/> Preta</li> <li><input type="radio"/> Indígena</li> <li><input type="radio"/> Amarela</li> <li><input type="radio"/> Não deseja declarar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Casado(a)</li> <li><input type="radio"/> Solteiro(a)</li> <li><input type="radio"/> Divorciado(a)</li> <li><input type="radio"/> Viúvo (a)</li> <li><input type="radio"/> Separado(a)</li> <li><input type="radio"/> União Estável</li> </ul>
Status Migratório	Que documentos possui?
<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Refugiado (a)</li> <li><input type="radio"/> Solicitante de Refúgio</li> <li><input type="radio"/> Residência Temporal</li> <li><input type="radio"/> Residência Permanente</li> <li><input type="radio"/> Outro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> CPF</li> <li><input type="radio"/> Carteira de Registro Nacional Migratório- CRNM</li> <li><input type="radio"/> Carteira de Trabalho</li> <li><input type="radio"/> Protocolo de solicitação de Refúgio</li> <li><input type="radio"/> Passaporte</li> <li><input type="radio"/> Cartão do SUS</li> <li><input type="radio"/> Cartão de Programas Sociais (Bolsa Família, outros)</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>
Tem filhos(as)?	Se tem filhos(as), quantos?
<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Sim</li> <li><input type="radio"/> Não</li> </ul>	
Tem filhos(as) no país de origem?	Envia remessas de dinheiro para familiares no país de origem?
<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Sim</li> <li><input type="radio"/> Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Sim</li> <li><input type="radio"/> Não</li> </ul>



Quantas pessoas compõem seu grupo familiar aqui no Brasil? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> De 2 a 3 pessoas</li> <li><input type="radio"/> De 4 a 5 pessoas</li> <li><input type="radio"/> De 6 a 7 pessoas</li> <li><input type="radio"/> De 8 a 9 pessoas</li> <li><input type="radio"/> 10 ou mais pessoas</li> </ul>	Quantas pessoas do seu grupo familiar atualmente trabalham? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Nenhuma</li> <li><input type="radio"/> 1 pessoa</li> <li><input type="radio"/> 2 pessoas</li> <li><input type="radio"/> 3 pessoas</li> <li><input type="radio"/> 4 ou mais pessoas</li> </ul>
Condições de trabalho <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Assalariado (Trabalho com carteira assinada)</li> <li><input type="radio"/> Trabalhador Informal (Sem carteira assinada)</li> <li><input type="radio"/> Trabalhos Esporádicos (bicos)</li> <li><input type="radio"/> Sócio(a) ou proprietário(a) empresa</li> <li><input type="radio"/> Desempregado (a)</li> </ul>	Escolaridade <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Ensino fundamental incompleto</li> <li><input type="radio"/> Ensino fundamental completo</li> <li><input type="radio"/> Ensino Médio incompleto</li> <li><input type="radio"/> Ensino Médio completo</li> <li><input type="radio"/> Ensino Superior incompleto</li> <li><input type="radio"/> Ensino Superior completo</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>
Que tipo de atividade exerce? ( cargo/ função)	
Renda atual <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Abaixo de 1 salário mínimo brasileiro</li> <li><input type="radio"/> Até 1 salário mínimo brasileiro</li> <li><input type="radio"/> Até 2 Salários mínimos brasileiros</li> <li><input type="radio"/> Até 3 salários mínimos brasileiros</li> <li><input type="radio"/> Mais de 3 salários mínimos</li> </ul>	Motivo da migração?
Como você chegou ao município de Canoas-RS? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Programa de Interiorização do Governo Federal</li> <li><input type="radio"/> Reunião Familiar</li> <li><input type="radio"/> Meios próprios</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>	Situação de moradia? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Casa Própria</li> <li><input type="radio"/> Casa alugada</li> <li><input type="radio"/> Casa cedida</li> <li><input type="radio"/> Financiada</li> <li><input type="radio"/> Ocupação</li> </ul>
Qual bairro reside atualmente?	
Recebe algum benefício do governo? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Nenhum</li> <li><input type="radio"/> Benefício de Prestação Continuada- BPC</li> <li><input type="radio"/> Auxílio Emergencial</li> <li><input type="radio"/> Bolsa Família</li> <li><input type="radio"/> outros</li> </ul>	Quais as Políticas Públicas do município você mais acessa? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Saúde</li> <li><input type="radio"/> Educação</li> <li><input type="radio"/> Assistência Social</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>
Encontrou alguma dificuldade para acessar algum desses serviços? Em caso afirmativo, como poderia classificá-las? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Idioma - dificuldade de se comunicar e compreender as informações recebidas</li> <li><input type="radio"/> Transporte</li> <li><input type="radio"/> Burocracia</li> <li><input type="radio"/> Documentação</li> <li><input type="radio"/> Falta de informação do agente público sobre os direitos dos migrantes</li> <li><input type="radio"/> Falta de material traduzido para seu idioma</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>	
Diante dos desafios apontados, teria alguma sugestão de melhoria desses serviços? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Formação dos agentes públicos</li> <li><input type="radio"/> Tradução de material informativo para seu idioma</li> <li><input type="radio"/> Criação/ampliação das Políticas públicas para atender as demandas da população migrante/refugiada</li> <li><input type="radio"/> Ter tradutor (a) para fazer a mediação linguística e cultural para população migrante/refugiada</li> <li><input type="radio"/> Criação de grupo com representantes (governo, sociedade civil e migrantes) para dialogar sobre as demandas</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>	
Considerando a garantia dos direitos humanos, quais as demandas mais urgentes da população migrante/refugiada que reside em Canoas-RS? <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Acolhida na comunidade</li> <li><input type="radio"/> Trabalho e Renda</li> <li><input type="radio"/> Moradia</li> <li><input type="radio"/> Transporte</li> <li><input type="radio"/> Saúde</li> <li><input type="radio"/> Educação</li> <li><input type="radio"/> Informação sobre os direitos</li> <li><input type="radio"/> Documentação</li> <li><input type="radio"/> Alimentação</li> <li><input type="radio"/> Outros</li> </ul>	

O que você entende por direitos humanos? Considera importantes? Por quê?	
Você já sofreu algum tipo de violação de direitos humanos? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	Onde isso aconteceu? <input type="radio"/> Brasil <input type="radio"/> Venezuela <input type="radio"/> Ambos
Você conhece os direitos/deveres da população migrante/refugiada no Brasil? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Em parte	
Quando você tem alguma demanda, a quem costuma recorrer? <input type="radio"/> Ajuda de terceiros <input type="radio"/> Serviços Públicos (Políticas Públicas) <input type="radio"/> Organizações da Sociedade Civil (ONG, Projetos, Centro Social e Igrejas) <input type="radio"/> Outros	
Considera que seus direitos humanos são respeitados? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Em parte	
Considera que as Políticas Públicas atendem de forma igualitária migrantes e brasileiros? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Em parte	
Você percebe esforços da gestão do município de Canoas para o atendimento das demandas da população migrante/refugiada? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Em parte	
<b>Você teve dificuldade de acessar alguma Política Pública devido o contexto de pandemia de COVID 19?</b> <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Em parte	

## APÊNDICE B – TCLE E QUESTIONÁRIO MIGRANTES- ESPANHOL

<b>Migración venezolana y políticas públicas</b>
<p>Este cuestionario forma parte del proyecto de investigación titulado: Migración venezolana y acceso a políticas públicas en Canoas-RS: Retos y posibilidades para la garantía de los Derechos Humanos.</p> <p>Antes de comenzar a completar el cuestionario, es necesario leer la ACTA DE CONSENTIMIENTO INFORMADO y confirmar su participación o no en esta investigación.</p> <p>¡Muchas gracias por adelantado!</p>

**ACTA DE CONSENTIMIENTO INFORMADO**

Soy Giuliane Araujo de Macêdo, trabajadora social y estudiante del Curso de Especialización en Derechos Humanos y Políticas Públicas de la Universidad de Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Estoy realizando la investigación denominada: **Migración venezolana y acceso a políticas públicas en Canoas-RS: Desafíos y posibilidades para la garantía de los Derechos Humanos**, bajo la dirección del Prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva.

El objetivo principal de la investigación es analizar los principales desafíos que enfrenta la población venezolana en el acceso a las Políticas Públicas en el municipio de Canoas-RS y sus impactos para la garantía de los Derechos Humanos. La relevancia del estudio se fundamenta en el aumento del número de migrantes venezolanos en el municipio, la falta de datos en los canales oficiales de Políticas Públicas y la insuficiente producción académica sobre el tema.

Teniendo en cuenta los objetivos de la investigación, los invito a participar, a través de un cuestionario con preguntas relacionadas a la situación migratoria, situación laboral, condiciones de vivienda, acceso a políticas públicas, grupo familiar, entre otros que posteriormente serán analizados por la investigadora. Debido al contexto de la pandemia de COVID 19, el cuestionario se enviará a través del enlace de la herramienta Google Form al correo electrónico, WhatsApp u otro recurso con mejor acceso por parte del participante. Se espera que este estudio conozca parte de la realidad vivida por la población venezolana en el municipio y contribuya a la producción de datos que colaboren en la expansión de las Políticas Públicas en cuanto a atender las demandas de la población migrante / refugiada y sus derechos.

Aclaremos que su participación es voluntaria y los datos aquí recogidos serán tratados de forma confidencial y respetuosa, siendo utilizados únicamente para los fines de este estudio. Sus resultados podrán ser difundidos en eventos científicos, salvaguardando la identidad de los participantes y obedeciendo los principios éticos de la investigación.

Los riesgos de esta investigación son mínimos y se pueden generar posibles molestias al responder una pregunta. Puedes optar por abandonar la investigación en cualquier momento, sin causar ningún tipo de daño.

Si en el curso de la investigación se encuentran indicios de violaciones de derechos, el investigador podrá remitirlo a los órganos competentes teniendo en cuenta la conducta ética y el consentimiento.

Los beneficios de la investigación son muchos, destacan la producción de datos para identificar brechas y la mejora de Políticas Públicas que atiendan las demandas de la población migrante / refugiada, garantizando así el acceso calificado y el respeto a los Derechos Humanos.

Cualquier aclaración o para obtener información sobre el avance de la investigación y / o sus resultados, puede contactar al investigador por correo electrónico: giulliane.snd@gmail.com o por teléfono: (51) 9988-38927.

Considerando que fui informado de los objetivos, metodología, relevancia, procedimientos, riesgos, beneficios de este estudio, soy consciente de mi consentimiento para participar en la investigación y acepto que los datos obtenidos puedan ser utilizados con fines científicos.

¿Aceptas participar en la investigación?

- Sí, estoy de acuerdo
- No estoy de acuerdo

País de origen <input type="radio"/> Venezuela <input type="radio"/> Otros	Género <input type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Femenino <input type="radio"/> Otro
¿Cual es su edad?	
Raza / Etnia <input type="radio"/> Blanco <input type="radio"/> Parda <input type="radio"/> Negro <input type="radio"/> Indígena <input type="radio"/> Amarillo <input type="radio"/> No deseo declarar	Estado civil <input type="radio"/> Casado <input type="radio"/> Soltero <input type="radio"/> Divorciado <input type="radio"/> Viudo <input type="radio"/> Separado(a) <input type="radio"/> Unión estable
Estado de migración <input type="radio"/> Refugiado <input type="radio"/> Solicitante de asilo <input type="radio"/> Residente Temporal <input type="radio"/> Residente Permanente <input type="radio"/> Otro	¿Qué documentos tienes? <input type="radio"/> CPF <input type="radio"/> Tarjeta Nacional de Registro Migratorio - CRNM <input type="radio"/> Cartera de Trabajo <input type="radio"/> Protocolo de solicitud de refugio <input type="radio"/> Pasaporte <input type="radio"/> Tarjeta SUS <input type="radio"/> Tarjeta de Programas Sociales (Bolsa Familia, otros) <input type="radio"/> Otros
¿Tiene hijos? <input type="radio"/> Si <input type="radio"/> No	Si tienes hijos, ¿cuántos?
¿Tiene hijos en su país de origen? <input type="radio"/> Si <input type="radio"/> No	¿Envían remesas de dinero a familiares en el país de origen? <input type="radio"/> Si <input type="radio"/> No
¿Cuántas personas componen tu grupo familiar aquí en Brasil? <input type="radio"/> De 2 a 3 personas <input type="radio"/> De 4 a 5 personas <input type="radio"/> De 6 a 7 personas	¿Cuántas personas de su grupo familiar trabajan actualmente? <input type="radio"/> Ninguna <input type="radio"/> 1 persona <input type="radio"/> 2 personas

<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> De 8 a 9 personas</li> <li><input type="radio"/> 10 o más personas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> 3 personas</li> <li><input type="radio"/> 4 o mas personas</li> </ul>
<p>Condiciones de trabajo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Asalariado (trabaja con un contrato formal)</li> <li><input type="radio"/> Trabajador informal (sin contrato formal)</li> <li><input type="radio"/> Trabajos eventuales</li> <li><input type="radio"/> Socio o propietario</li> <li><input type="radio"/> Desempleados</li> </ul>	¿Qué tipo de actividad haces? (puesto / función)
¿Razón de la migración?	
<p>Ingreso actual</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Menos de 1 salario mínimo brasileño</li> <li><input type="radio"/> Hasta 1 salario mínimo brasileño</li> <li><input type="radio"/> Hasta 2 salarios mínimos brasileños</li> <li><input type="radio"/> Hasta 3 salarios mínimos brasileños</li> <li><input type="radio"/> Más de 3 salarios mínimos</li> </ul>	<p>Educación</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Escuela primaria incompleta</li> <li><input type="radio"/> Educación primaria completa</li> <li><input type="radio"/> Secundaria incompleta</li> <li><input type="radio"/> Completado la escuela secundaria</li> <li><input type="radio"/> Educación superior incompleta</li> <li><input type="radio"/> Educación superior completa</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>
<p>¿Cómo llegaste a Canoas-RS?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Programa de Interiorización del Gobierno Federal</li> <li><input type="radio"/> Encuentro familiar</li> <li><input type="radio"/> Medios propios</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>	<p>Situación de la vivienda?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Casa propia</li> <li><input type="radio"/> Casa alquilada</li> <li><input type="radio"/> Casa cedida</li> <li><input type="radio"/> Fundado</li> <li><input type="radio"/> Ocupación</li> </ul>
¿Qué barrio reside actualmente?	
<p>¿Recibe algún beneficio del gobierno?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Ninguna</li> <li><input type="radio"/> Beneficio de Prestação Continuada- BPC</li> <li><input type="radio"/> Auxilio Emergencial</li> <li><input type="radio"/> Bolsa Família</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>	<p>¿A qué políticas públicas del municipio accedes más?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Salud</li> <li><input type="radio"/> Educación</li> <li><input type="radio"/> Asistencia Social</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>
<p>¿Encontró alguna dificultad para acceder a alguno de estos servicios? Si es así, ¿cómo podría clasificarlos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Idioma: dificultad para comunicarse y comprender la información recibida</li> <li><input type="radio"/> Transporte</li> <li><input type="radio"/> Burocracia</li> <li><input type="radio"/> Documentación</li> <li><input type="radio"/> Falta de información del agente público sobre los derechos de los migrantes</li> <li><input type="radio"/> Falta de material traducido a su idioma</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>	
<p>Dados los desafíos mencionados, ¿tiene alguna sugerencia para mejorar estos servicios?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Formación de agentes públicos</li> <li><input type="radio"/> Traducción de material informativo a su idioma</li> <li><input type="radio"/> Creación / expansión de políticas públicas para atender las demandas de la población migrante / refugiada</li> <li><input type="radio"/> Contar con un traductor para brindar mediación lingüística y cultural a la población migrante / refugiada</li> <li><input type="radio"/> Creación de un grupo con representantes (gobierno, sociedad civil y migrantes) para discutir las demandas.</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>	
<p>Considerando la garantía de los derechos humanos, ¿cuáles son las demandas más urgentes de la población migrante / refugiada residente en Canoas-RS?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Bienvenidos a la comunidad</li> <li><input type="radio"/> Trabajo e ingresos</li> <li><input type="radio"/> Casa</li> <li><input type="radio"/> Transporte</li> <li><input type="radio"/> Salud</li> <li><input type="radio"/> Educación</li> <li><input type="radio"/> Información de derechos</li> <li><input type="radio"/> Documentación</li> <li><input type="radio"/> Alimentación</li> <li><input type="radio"/> otros</li> </ul>	
¿A qué te refieres con derechos humanos? ¿Lo consideras importante? ¿Por qué?	
<p>¿Ha sufrido alguna vez algún tipo de violación de derechos humanos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Si</li> <li><input type="radio"/> No</li> </ul>	<p>¿Dónde sucedió?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Brasil</li> <li><input type="radio"/> Venezuela</li> <li><input type="radio"/> Ambos</li> </ul>
<p>¿Conoce los derechos / deberes de la población migrante / refugiada en Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> si</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> No</li> <li><input type="radio"/> En parte</li> </ul>
<p>Quando tiene una demanda, ¿a quién suele acudir?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Ayuda de terceros</li> <li><input type="radio"/> Servicios públicos (política pública)</li> <li><input type="radio"/> Organizaciones de la sociedad civil (ONG, proyectos, Centro Social y Iglesias)</li> <li><input type="radio"/> Otros</li> </ul>
<p>¿Crees que se respetan tus derechos humanos?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Si</li> <li><input type="radio"/> No</li> <li><input type="radio"/> En parte</li> </ul>
<p>¿Considera que las Políticas Públicas sirven por igual a migrantes y brasileños?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> si</li> <li><input type="radio"/> No</li> <li><input type="radio"/> En parte</li> </ul>
<p>¿Observa los esfuerzos de la dirección del municipio de Canoas para atender las demandas de la población migrante / refugiada?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> i</li> <li><input type="radio"/> No</li> <li><input type="radio"/> En parte</li> </ul>
<p>¿Tuvo dificultades para acceder a alguna Política Pública debido al contexto de la pandemia de COVID 19?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Si</li> <li><input type="radio"/> No</li> <li><input type="radio"/> En parte</li> </ul>

## APÊNDICE C –QUESTIONÁRIO GESTÃO MUNICIPAL

**Questionário – Representante da Gestão Municipal de Canoas-RS**  
**MIGRAÇÃO VENEZUELANA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM CANOAS-RS:**  
**Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos**

<b>Respondente:</b>
<b>Cargo:</b>
<b>Setor:</b>
<b>Aluna:</b> Giulliane Araujo de Macêdo
<b>Universidade:</b> Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS
<b>Curso:</b> Especialização Direitos Humanos e Políticas Públicas
1. Que ações e/ou projetos são realizados pela gestão municipal voltados para população migrante/refugiada residente no município?
2. Quais as principais demandas trazidas pela população migrante/refugiada residente no município?
3. Quais os principais desafios no atendimento das demandas da população migrante/refugiada pelas políticas públicas do município?
4. Existem outras instituições (privadas ou da sociedade civil) que atendam demandas da população migrante/refugiada no município? Existe alguma parceria?
5. Qual a nacionalidade predominante no município?
6. Existe algum mapeamento do município sobre a população migrantes/refugiada? Com dados sobre: nacionalidade e número de pessoas?
7. Quais as Políticas Públicas mais acessadas pela população migrantes/refugiada com recorte por nacionalidade?
8. Como é acompanhada a entrada de novos migrantes/refugiados(as) no município?
9. Existe algum tipo de acompanhamento aos migrantes/refugiados que chegaram ao município pela estratégia de Interiorização do Governo Federal? Em caso afirmativo, como se dá esse acompanhamento?
10. A criação e/ou ampliação de políticas públicas que atendam as demandas da população migrantes/refugiada é um ponto considerado importante na agenda da gestão municipal? Poderia exemplificar ações que estão sendo feitas neste sentido?
11. Existe algum protocolo para atendimento da população migrante/refugiada nas Políticas Públicas do município?
12. Quando migrantes/refugiados(as) não compreendem o idioma português como são feitos os atendimentos? Existe algum meio para estabelecer uma ponte linguística e de sentido?
13. Existem materiais impressos (ex.: cartilhas, folders, flyer, etc.) ou virtuais (ex.: sites, aplicativos, etc.) que colaborem na comunicação com população migrante/refugiada no município a fim de, garantir acesso qualificado as políticas públicas?

14. Quais os principais impactos nas Políticas Públicas do município com chegada e permanência da população migrante/refugiada?
15. Como é tratada a população migrante/refugiada que se encontra em situação irregular (indocumentados(as))? Existe alguma orientação? Existe alguma restrição de acesso? Para onde são encaminhados?
16. Existe algum tipo de formação para servidores públicos atuarem nas demandas da população migrante/refugiada? Caso não haja, a gestão municipal tem interesse em buscá-la?
17. Quais os critérios para criação/ampliação de Políticas Públicas no município?
18. Considera que as políticas públicas do município atendem de forma satisfatória as demandas da população migrante/refugiada? Por quê?
19. Que pontos considera importantes para a garantia dos direitos humanos da população migrantes/refugiada no município?
20. Quais os benefícios e os desafios da presença da população migrante/refugiada no município?
21. Considera importante a criação de um Comitê com representantes da sociedade civil, da gestão municipal e da população migrante/refugiada?

## APÊNDICE D –QUESTIONÁRIO INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

<b>QUESTIONÁRIO - INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</b> <b>MIGRAÇÃO VENEZUELANA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM CANOAS-RS:</b> <b>Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos</b>
<b>Respondente:</b>
<b>Instituição:</b>
<b>Função:</b>

<b>Aluna:</b> Giulliane Araujo de Macêdo
<b>Universidade:</b> Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS
<b>Curso:</b> Especialização Direitos Humanos e Políticas Públicas
01 Quais as nacionalidades atendidas por sua instituição?
02 Que ações e/ou projetos são realizados pela instituição voltados para população migrante/refugiado(a)?
03 Que tipo de serviços são prestados pela instituição a população migrante/refugiada?
04 Conta com alguma parceria do governo municipal, estadual ou federal para realização dos atendimentos ou execução de projetos?
05 Quais as principais demandas trazidas pela população migrante/refugiada a sua instituição?
06 Nas demandas trazidas, você identifica as políticas públicas necessárias?
07 Na sua opinião, quais os principais desafios para o atendimento das demandas da população migrante/refugiada por parte das Políticas Públicas no município?
08 O que você considera importantes para garantir o acesso da população migrante/refugiada as Políticas Públicas?
09 Quando identificam casos de violação de direitos humanos o que costumam fazer? Para onde encaminham?
10 Percebe interesse do município em atender as demandas da população migrante/refugiada? Se a resposta for afirmativa, é possível apontar algumas evidências?
11 É feito algum tipo de mapeamento da população migrante/refugiada atendida pela instituição?
12 A instituição possui materiais informativos traduzidos para os idiomas da população migrante/refugiada atendida?
13 A instituição oferece algum tipo de formação para seus membros sobre direitos dos(as) migrantes/refugiados?
14 Existe algum critério para ser atendido(a) pela instituição?
15 De onde provém os recursos que mantêm a instituição?
16 Como é feita a ponte linguística nos atendimentos à população migrante/ refugiada na instituição?
17 A quanto tempo a instituição atua junto a população migrante/refugiada no município?
18 Que sugestões teria para melhoria do atendimento da população migrante/refugiada no município de Canoas?



19 Como percebe que as ações da instituição contribuem para a garantia dos direitos humanos da população migrante/refugiada?
--

## APÊNDICE E – CARTA DE ANUÊNCIA

### CARTA DE ANUÊNCIA

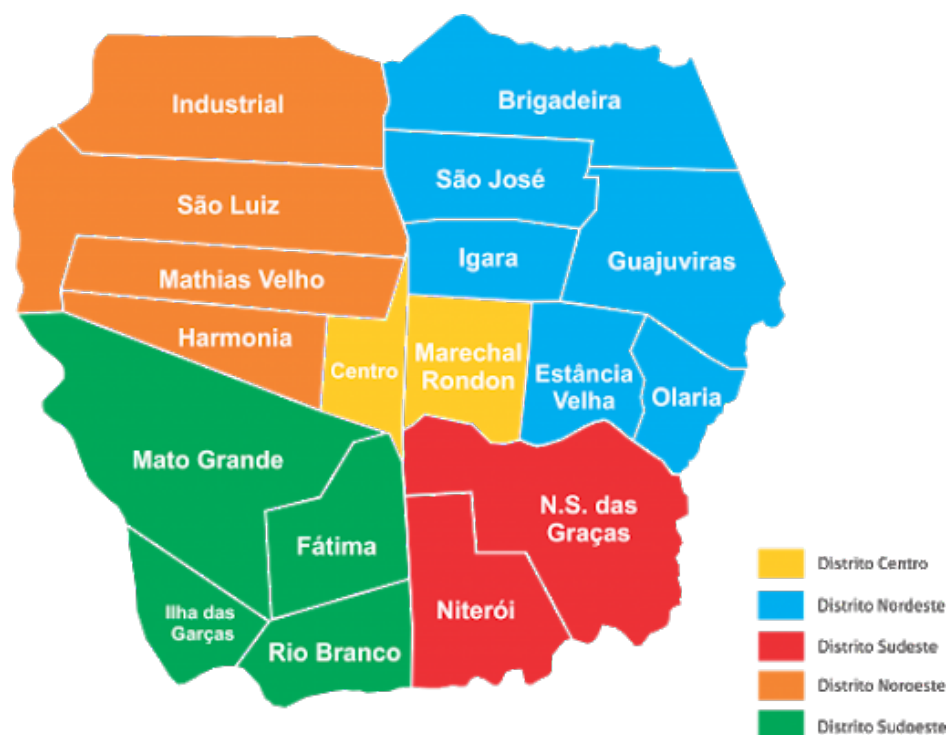
Eu, **nome completo, cargo e departamento que atua dentro da gestão municipal, endereço**, Canoas – RS, autorizo a Assistente Social e estudante do Curso de Especialização em Direitos Humanos a Políticas Públicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, Giulliane Araujo de Macêdo, acesso a dados públicos sobre número de migrantes/refugiados residentes no município e o número de atendimentos nas Políticas Públicas de Canoas- RS para execução da pesquisa: **Migração Venezuelana e acesso as Políticas Públicas em Canoas- RS: Limites e possibilidades para garantia dos Direitos Humanos** que tem como objetivo principal de analisar os principais desafios enfrentados pelos migrantes venezuelanos(as) no acesso a Políticas Públicas no município de Canoas-RS. Será uma pesquisa de campo de caráter exploratório. Todos os participantes estarão cientes do todo da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme prevê a Resolução nº 466 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde-CNS. Os dados aqui colhidos serão tratados de forma sigilosa e respeitosa, sendo usados apenas para fins desse estudo. Seus resultados poderão ser divulgados em eventos científicos resguardando a identidade dos(as) participantes obedecendo os princípios éticos da pesquisa.

Canoas, 00 de outubro de 2020

**Nome completo**

*Setor da gestão municipal  
Canoas-RS*

## ANEXO 1 – CANOAS: DIVISÃO EM DISTRITOS



Fonte: site da prefeitura de Canoas- RS

## ANEXO 2 – TCLE GESTÃO MUNICIPAL E OSC

### TCLE GESTÃO MUNICIPAL E OSC

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Sou Giuliane Araujo de Macêdo, Assistente Social e estudante do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS. Estou realizando a pesquisa intitulada: **Migração Venezuelana e acesso a políticas públicas em Canoas-RS: Desafios e possibilidades para a garantia dos Direitos Humanos**, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva.

O objetivo principal da pesquisa é analisar os principais desafios enfrentados pela população venezuelana no acesso a Políticas Públicas no município de Canoas-RS e seus impactos para a garantia dos Direitos Humanos. A relevância do estudo está baseada no aumento do número de migrantes venezuelanos(as) no município, a falta de dados nos canais oficiais das Políticas Públicas e a insuficiente produção acadêmica sobre o assunto.

Tendo presentes os objetivos da pesquisa, convido o(a) senhor(a) a participar, por meio de um questionário com perguntas relativas ao tema da migração e acesso às Políticas Públicas. Devido ao contexto de pandemia de COVID 19, o questionário será enviado por e-mail e a entrevista realizada por meio da ferramenta Google Meet. Para isso, serão necessários cerca de 40 minutos. Espera-se com esse estudo conhecer parte da realidade vivenciada pela população venezuelana no município e contribuir para produção de dados que colaborem na ampliação das Políticas Públicas no que diz respeito ao atendimento das demandas da população migrante/refugiada e seus direitos.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e os dados aqui colhidos serão tratados de forma sigilosa e respeitosa, sendo usados apenas para fins desse estudo. Seus resultados poderão ser divulgados em eventos científicos resguardando a identidade dos(as) participantes e obedecendo os princípios éticos da pesquisa.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos, podendo ser gerados possíveis desconfortos ao responder alguma pergunta. O(a) senhor(a) pode optar em desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que isso implique algum tipo de prejuízo.

Se no decorrer da pesquisa forem encontradas evidências de violações de direitos, a pesquisadora poderá encaminhar aos órgãos competentes levando em conta a conduta ética e o seu consentimento.

Os benefícios da pesquisa são muitos, destaca-se a produção de dados para identificação de lacunas e o aprimoramento de Políticas Públicas que atendam às demandas da população migrante/refugiada, garantindo, dessa forma, acesso qualificado e o respeito aos Direitos Humanos.

Qualquer esclarecimento ou para obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail: giulliane.snd@gmail.com ou pelo telefone: (51) 9988-38927.

Considerando que, fui informado(a) dos objetivos, metodologia, relevância, procedimentos, riscos, benefícios deste estudo, estou ciente do meu consentimento em participar da pesquisa e concordo que dados obtidos poderão ser utilizados para fins científicos bem como que receberei uma via desse documento.

Canoas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2020.

---

Participante da Pesquisa

---

Pesquisadora

### **ANEXO 3 – TCLE MIGRANTES- ESPANHOL**

### **ACTA DE CONSENTIMIENTO INFORMADO**

Soy Giulliane Araujo de Macêdo, trabajadora social y estudiante del Curso de Especialización en Derechos Humanos y Políticas Públicas de la Universidad de Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Estoy realizando la investigación denominada: **Migración venezolana y acceso a políticas públicas en Canoas-RS: Desafíos y posibilidades para la garantía de los Derechos Humanos**, bajo la dirección del Prof. Dr. André Luiz Olivier da Silva.

El objetivo principal de la investigación es analizar los principales desafíos que enfrenta la población venezolana en el acceso a las Políticas Públicas en el municipio de Canoas-RS y sus impactos para la garantía de los Derechos Humanos. La relevancia del estudio se fundamenta en el aumento del número de migrantes venezolanos en el municipio, la falta de datos en los canales oficiales de Políticas Públicas y la insuficiente producción académica sobre el tema.

Teniendo en cuenta los objetivos de la investigación, los invito a participar, a través de un cuestionario con preguntas relacionadas a la situación migratoria, situación laboral, condiciones de vivienda, acceso a políticas públicas, grupo familiar, entre otros que posteriormente serán analizados por la investigadora. Debido al contexto de la pandemia de COVID 19, el cuestionario se enviará a través del enlace de la herramienta Google Form al correo electrónico, WhatsApp u otro recurso con mejor acceso por parte del participante. Se espera que este estudio conozca parte de la realidad vivida por la población venezolana en el municipio y contribuya a la producción de datos que colaboren en la expansión de las Políticas Públicas en cuanto a atender las demandas de la población migrante / refugiada y sus derechos.

Aclaremos que su participación es voluntaria y los datos aquí recogidos serán tratados de forma confidencial y respetuosa, siendo utilizados únicamente para los fines de este estudio. Sus resultados podrán ser difundidos en eventos científicos, salvaguardando la identidad de los participantes y obedeciendo los principios éticos de la investigación.

Los riesgos de esta investigación son mínimos y se pueden generar posibles molestias al responder una pregunta. Puedes optar por abandonar la investigación en cualquier momento, sin causar ningún tipo de daño.

Si en el curso de la investigación se encuentran indicios de violaciones de derechos, el investigador podrá remitirlo a los órganos competentes teniendo en cuenta la conducta ética y el consentimiento.

Los beneficios de la investigación son muchos, destacan la producción de datos para identificar brechas y la mejora de Políticas Públicas que atiendan las demandas de la población migrante / refugiada, garantizando así el acceso calificado y el respeto a los Derechos Humanos.

Cualquier aclaración o para obtener información sobre el avance de la investigación y / o sus resultados, puede contactar al investigador por correo electrónico: giulliane.snd@gmail.com o por teléfono: (51) 9988-38927.

Considerando que fui informado de los objetivos, metodología, relevancia, procedimientos, riesgos, beneficios de este estudio, soy consciente de mi consentimiento para participar en la investigación y acepto que los datos obtenidos puedan ser utilizados con fines científicos.

¿Aceptas participar en la investigación?

- Sí, estoy de acuerdo
- No estoy de acuerdo